

Voz do Bancário

ABRIL /1998 JORNAL DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE CAXIAS DO SUL E REGIÃO - ANO 14 NÚMERO: 77

Trabalhadores perdem com a reforma previdenciária

População não consegue fiscalizar a gestão da Previdência. Governo manipula o caixa e os números

Nota publicada pelo Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo, Osasco e Região critica profundamente a reforma previdenciária que o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, quer implantar. A Voz do Bancário divulga o conteúdo da nota em função de que a reforma na Previdência traz prejuízos para os trabalhadores.

Será que os 345 deputados federais que aprovaram a emenda da Previdência em primeiro turno não percebem que essa reforma é uma farsa e que o propalado déficit não é da seguridade, mas no Tesouro da União? A Previdência Social financia o Tesouro.

Os parlamentares que



Reforma da Previdência: mudanças são injustas para população

acompanham o trabalho de seus colegas da Comissão Mista de Orçamento da Câmara dos Deputados já deveriam conhecer a fundo essa informação.

Em 1997, a União ficou devendo R\$21,5 bilhões à Previdência Social.

Por meio do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), manobra contábil pela qual são desviados recursos do orçamento, o Governo apropriou-se de maneira totalmente indevida de recursos elevados que faltam para aplicar no setor.

A apropriação indevida chega a R\$ 2,8 bilhões.

Na condição de empregador, o governo é um dos maiores devedores da Previdência. Somente em 1997, devia à seguridade social R\$ 19 bilhões para o pagamento de benefícios dos servidores públicos, mas repassou apenas R\$1,3 bilhão com uma diferença de R\$ 17,7 bilhões. Outra mostra de que o arsenal governista para atacar direitos dos trabalhadores está repleto de propaganda enganosa é o terrorismo do ministro Reinhold Stephanes, ao afirmar que sem a reforma o reajuste dos aposentados pode cair, deixando essas pessoas preocupadas com o futuro.

Mau atendimento do Banrisul ofende dignidade dos gaúchos

A cada dia que passa mais o povo gaúcho é atingido frontalmente em sua dignidade pelo péssimo atendimento recebido no Banrisul.

A irritação dos clientes e pessoas que dependem dos serviços do banco é crescente, pois a cada dia torna-se mais demorado fazer operações que poderiam ser confirmadas em poucos minutos e chega-se, ao

absurdo de esperar-se por mais de três horas na fila. Considerado um patrimônio dos gaúchos e com qualidade de atendimento excelente no passado, a redução drástica de funcionários no Banrisul tem provocado prejuízos também para os bancários, que, frequentemente, são xingados pelo mau atendimento e tem sua dignidade funcional atacada.

Desrespeito atinge ancião que desmaiou em Caxias

O Brasil tem sido muito injusto com os aposentados ao pagar benefícios que não garantem a mínima dignidade da pessoa. Mas parece que as pessoas idosas são obrigadas a pagar com sofrimento as deficiências dos serviços públicos oferecidos à população. Treze de abril de 1998. Certamente, esta data ficará marcada para

muitas pessoas, que depois de esperar durante por várias horas na fila na agência do Banrisul da Alfredo Chaves, antigamente, Caixa Econômica Estadual, viram tombar desmaiado um ancião. Essa realidade de atendimento no Banrisul coloca a atual administração do Rio Grande do Sul no banco dos réus. Afinal, a modernidade é isso?

Advogados criticam bancos por apresentarem ações rescisórias

Sindicato dos Bancários pede no Judiciário pagamento de diferenças salariais

**WALMOR WITECKY
LUIZ CARLOS MOCELIN**

O Sindicato dos Bancários ajuizou reclamationárias postulando diferenças salariais decorrentes dos vários planos econômicos criados no Brasil, nos últimos anos.

Como se sabe, a Ação Rescisória visa desconstituir sentença que já transitou em julgado há menos de dois anos, quando, entre outros motivos, a decisão de mérito vio lar disposição da lei.

Os estabelecimentos bancários, sem exceção, após sucumbirem nos processos, inclusive junto ao Tribunal Superior do Trabalho, moveram Ações Rescisórias contra os trabalhadores que buscavam as aludidas diferenças salariais, sendo que em Brasília, perante o mesmo TST, o patronato vem obtendo êxito, ou seja, desconstitui (rescinde), a sentença que já houvera garantido o direito. E em novo julgamento, a Corte Trabalhista solapa aquilo que já era garantido pelo nosso ordenamento jurídico e por decisões judiciais.

É de causar perplexidade tais julgamentos; somente podem ser comparados às decisões dos tribunais da França ocupada pelo Terceiro Reich. Retroage para prejudicar da maneira mais aviltante os direitos dos trabalhadores.

Tecnicamente, sob o ponto de vista jurídico, não assiste razão aos banqueiros que criaram junto ao TST um precedente de graves proporções, sem levar em conta princípios elementares que norteiam o direito do trabalho, face à inexistência de amparo legal a deferir as rescisórias referidas.

Lutamos por um poder judiciário livre e soberano, sem que sobre o mesmo ocorram "lobbies" do Executivo, do Legislativo, e do poder econômico. O TST, o governo federal e o capitalismo primitivo abusam da boa-fé e da crença dos cidadãos que buscam justiça. Este procedimento é fruto do atual quadro político brasileiro onde o Executivo dita as normas, o Legislativo diz sim e o Judiciário amém, na atitude vil e repelente dos belizadores de pés e mãos, como agradecimento àqueles que

proporcionam vantagens pessoais aos atores dessa página vergonhosa da nossa Pátria.

Dentro das nossas possibilidades, conhecendo nossos adversários, sua força, continuaremos na luta, até que todos os órgãos que integram o comando do país entendam que não há mais espaço para ditaduras, quer militares, quer das leis, ou por interpretações espúrias destas, já maculadas em suas finalidades.

ASSESSORIA JURÍDICA:

Nossa assessoria jurídica que atende aos bancários, funciona das segundas às sextas-feiras, em horário comercial, visando orientar a categoria sobre seus direitos, ajuizar reclamationárias trabalhistas e outros assuntos que digam respeito às dúvidas dos empregados em bancos.

Atuamos há mais de 20 anos como assistentes judiciários. Alertamos aos bancários que não se deixem enganar com falsos profetas, enganosos, que remetem cartas colocando seus serviços à disposição dos trabalhadores em bancos.

TOQUE DE CAIXA

Reação no PR

"Nossa intenção é processar o governo e os secretários Giovani Gionédis e Miguel Salomão, pois eles estão mentindo e enganando a sociedade paranaense. O Requião deveria ficar 14 anos no governo para gastar em publicidade o que o Lerner gastou em apenas um ano. Segundo relatório de um consultor da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, o governo Lerner está comprometendo as futuras gestões e gerações com dívidas contraídas em seu mandato." *Manifestação do Senador e ex-Governador do Paraná, Álvaro Dias, sobre a decisão do atual Governador Jaime Lerner em privatizar o Banestado.*

Devedores

Um relatório do Ministério da Previdência e Assistência Social, de setembro do ano passado, aponta as 100 empresas e entidades que devem mais para a Previdência. Somados todos os débitos, sem correção, chegam a aproximadamente um bilhão de reais. Enquanto o Governo não executa os devedores, os trabalhadores pagam preço elevado pelas baixas aposentadorias e perdas de direitos conquistados de forma legítima e negociada.

Fone: (054) 223.2166

**Expediente
Voz do Bancário**

Fax: (054) 223.2405

Publicação do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e região - Filiado à CUT
Base Territorial: Caxias do Sul, Antonio Prado, Canela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Nova Petrópolis, São Marcos e Veranópolis.

Sede: Rua Borges de Medeiros, 574, Caxias do Sul - RS

Conselho Editorial: Diretoria do Sindicato dos Bancários de Caxias e Região

Edição: Michielin Comunicação e Propaganda **Fotolito e Impressão:** Art & Gráfica

Tiragem: 2.300 exemplares **Edição:** Abril de 1998

CONVÊNIOS

Abril

Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região

1998

CLÍNICA GERAL:

Dr. Antonio Carlos Zanettini
Rua Bento Gonçalves, 2048.
Sala: 301 Fone - **223.3144**

Dr. Cláudio Becker
Rua: Bento Gonçalves, 2221.
Sala: 402 Fone - **223.6793**

Dr. Flávio Ribeiro Mendes
Rua: Sinimbu, 120.
Fone: **222.3377**

Dr. Júlio A. C. Martinez
Av. Júlio de Castilhos, 1745.
Sala: 83 Bloco A
Fone: **221.8956**

Dra. Luciene Confortin
Av. Júlio de Castilhos, 2101.
Sala: 25 Fone - **223.8478**

Dra. Maria Cristina Serafini
Rua: Feijó Júnior, 909. Sala: 601
Fone - **221.2776**

Dra. Maria Madalena B. Bortuluzzi
Rua: Dr. Montauray, 1128. Sala: 32
Fone: **221.8609**

Dr. Pedro Gasperin
Rua: Garibaldi, 476. Sala: 503
Fone: **221.6789**

Dr. Wolmi Ferreira Porto
Rua: Garibaldi, 476. Sala: 1004
Fone: **221.6631**

DERMATOLOGIA

Dra. Ana Célia Pisani
Av. Júlio de Castilhos, 2101
Sala: 25 Fone: **223.8478**

Dra. Andréa Meneghini
Rua: Garibaldi, 789. Sala: 53
Fone: **221.5811**

Dra. Berenice Santos
Av. Júlio de Castilhos, 1648.
Fone: **221.7809**

Dra. Cimoni Bonfanti
Rua: Pinheiro Machado, 2659.
Fone: **223.3426**

Dr. João Carlos Meneghini
Rua: Garibaldi, 789. Sala: 53
Fone: **221.5811**

Dra. Liani Algayer S. Ebert
Rua: Sinimbu, 2211. Sala: 410.
Fone: **214.1622**

Dr. Sérgio Evandro dos Santos
Av. Júlio de Castilhos, 1648.
Primeiro Andar
Fones: **221.7809 221.5551**

ENDOCRINOLOGIA

Dra. Marta Tonietto Tonioli
Rua: Bento Gonçalves, 2302.
Sala: 501 Fone: **221.8947**

GASTROENTEROLOGIA

Dra. Bernadete Angeli
Av. Júlio de Castilhos, 2020.
Sala: 1105 Fone: **221.6407**

Dra. Cláudia Calegari de Mello
Rua: Marechal Floriano, 555.
Sala: 606 Fone: **223.5928**

Dr. Pedro Gasperin
Rua: Garibaldi, 476. Sala: 503
Fone: **221.6789**

GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA:

Dra. Adriana Sancher Soares
Rua: Borges de Medeiros, 677.
Sala: 32 Fone: **223.6366**

Dr. Dorival de Andrade Tessari
Rua: Feijó Júnior, 909. Sala: 602
Fone: **223.4270**

Dra. Elione Toigo
Rua: Os 18 do Forte, 1357.
Sala: 82 Fone: **223.4414**

Dra. Érica Rosa Salet
Rua: Bento Gonçalves, 2169.
Sala: 73 Fone: **223.6911**

Dr. Jean El Andari
Rua: Garibaldi, 791.
Sala: 501 Fone: **221.6970**

Dr. Júlio A. Martinez
Av. Júlio de Castilhos, 1745.
Sala: 83 Bloco: A Fone: **221.8956**

Dr. Ivan Carlos Carara
Rua: Borges de Medeiros, 560
Sala: 42 Fone: **223.6103**

Dr. Oscar Winkler
Av. Júlio de Castilhos, 2535.
Sala: 604 Fone: **223.2063**

Dr. Romualdo Orlandi
Rua: Feijó Júnior, 909. Sala: 304
Fone: **223.6730**

Dr. Sílvia Pulita
Av. Júlio de Castilhos, 2101.
Sala 25 Fone: **223.8478**

Dr. Tirso L. Galvan
Av. Júlio de Castilhos, 2101.
Sala: 78 Fone: **221.2901**

Dr. Walmir Gremelmaier
Rua: Visconde de Pelotas, 809.
Nono Andar
Fone: **223.3155** Ramal: **232**

HOMEOPATIA:

Dra. Sissi Diva Lanner
Av. Júlio de Castilhos, 2020.
Sala: 403
Fones: **221.1440 223.6171**

Dra. Geslaine Valejos França
Rua: Pinheiro Machado, 2011.
Sala: 403
Fone: **223.6264**

MASSOTERAPIA:

Dra. Maria Inês Beviláqua
Rua: Dr. Montauray, 1128.
Sala: 61 Fone: **223.6179**

NEUROLOGIA E NEUROCIRURGIA:

Dr. Celso Zuther Gobatto
Rua: Garibaldi, 791. Sala: 701
Fone: **221.4796**

Dr. Ernani Pedoni
Rua: Moreira César, 2712
Sala: 51 Fone: **221.2930**

Dr. Jaime Muratore
Rua: Moreira César, 2712.
Sala: 51 Fone: **221.2930**

Dr. José L. Teixeira
Rua: Garibaldi, 791. Sala: 705
Fone: **221.4796**

Dr. Leovegildo F. Frigeri
Rua: Garibaldi, 791. Sala: 705
Fone: **221.5363**

Dra. Terezinha Milani
Rua: Garibaldi, 789. Sala: 167
Fone: **223.1376**

NUTRICIONISMO:

Dra. Maribel Bastiani Rossi
Rua: Vinte de Setembro, 1675.
Sala: 104 Fone: **221.3334**

Dra. Tânia R.T.R. Spinelli
Rua: Marechal Floriano, 647.
Sala: 41 Fone: **221.6515**

OFTALMOLOGIA:

Dra. Carla Regina Sambaquy
Rua: Moreira César, 2712.
Conjunto: 41
Fone: **223.7640**

Dra. Carmen Lúcia de A. Lima
Rua: Garibaldi, 791.
Sala: 804
Fone: **221.3819**

Dr. Décio Broilo
Av. Júlio de Castilhos, 2101.
Sala: 12
Fone: **221.4391**

Sindicato Regional dos Bancários

Dr. Dorival Ramos

Rua: Bento Gonçalves, 1759.
Sala: 201 Fone: 221.8812

Dr. George A. Tronca

Av. Júlio de Castilhos, 2101.
Sala: 28 Fone: 221.2161

Dr. Jairo Guarenti

Rua: Garibaldi, 1759. Sala 302
Fone: 221.5385

Dr. Marcelo Paglioli

Rua: Os 18 do Forte, 1110.
Sexto Andar Fone: 228.2133

Dr. Pedro Paulo de Abreu Lima

Rua: Garibaldi, 791. Sala: 601
Fone: 221.4082

ORTOPEDIA E**TRAUMATOLOGIA:****Dr. Carlos Bergamaschi**

Rua: Marquês do Herval, 1115.
Fone: 221.6663

Dr. Cláudio Becker

Rua: Bento Gonçalves, 2221.
Sala: 402 Fone: 223.6793

Dr. Dulcimar Lenzi

Av. Júlio de Castilhos, 1648.
Salas: 16 e 17
Fone: 221.5551

Dr. Gilberto Roveda

Rua: Garibaldi, 476. Sala: 902
Fone: 221.4500

Dr. José de Andrade Fleck

Rua: Garibaldi, 917.
Fone: 221.7890

Clínica Ossos

Av. Júlio de Castilhos, 2170.
Dr. Gelson Mazzotti
Dr. Mário Mandelli
Dr. Rodolfo Longhi
Dr. Rogério Winkler
Dr. Wilson Pasqualetto
Fone: 223.1544

Dr. Paulo Pompeu Correa

Rua: Marques do Herval, 1115.
Fone: 221.6663

OTORRINOLARINGOLOGISTA:**Dr. Adir Fachinello**

Rua: Garibaldi, 476.
Oitavo Andar - Fone: 221.1366

Dr. Carmem Lúcia Hauqui

Rua: Garibaldi, 791. Sala: 804
Fone: 221.3819

Dr. Jeferson Luiz Mezzomo

Rua: Garibaldi, 476.
Oitavo Andar Fone: 221.1366
Desconto:

Dr. Marisa Amaral Guarienti

Rua: Bento Gonçalves, 1759.
Fone: 221.5385

PEDIATRIA:**Dr. Ana Maria Seben Dal**

Rua: Bento Gonçalves, 2169.
Sala: 62 Fone: 223.1122

Dr. Erich G' unter Buhler

Rua: Garibaldi, 476. Sala: 901
Fone: 223.4769

Dr. Jacira Zanettini

Rua: Bento Gonçalves, 2048.
Segundo Andar
Fone: 223.1222

Dr. Loiva Pontalti

Rua: Bento Gonçalves, 2048.
Sala: 601 Fone: 223.2441

Dr. Mara Ribeiro Mendes

Rua: Coronel Flores, 510.
Sala: 85 Fone: 221.7344

Dr. Rudimar Porto

Rua: Garibaldi, 476.
Sala: 1004 Fone: 221.6631

PSICÓLOGAS:**Dr. Adriana Cláudia Jacoby**

Av. Rio Branco, 840. Sala: 603
Fones: 222.2767 e 220.1610

Dra. Cátia Regina Cassini

Rua: Sinimbu, 2019.
Sala: 414
Fone: 223.5216

Dra. Cláudia Rigon

Rua: Sinimbu, 2038.
Sala: 31
Fone: 223.6368 Ramal: 31

Dra. Cristina Briani

Rua: Bento Gonçalves, 2437.
Sala: 201
Fone: 223.7864

Dra. Daniela Luchesi Meiners

Rua: Dal Canalle, 2186.
Sala: 404
Fone: 223.6779

Dra. Diná Glória Modena

Rua: Visconde de Pelotas, 695.
Sala: 502
Fone: 222.5200

Dra. Flávia Bento Alves

Av. Júlio de Castilhos, 1511.
Sala: 98
Fones: 923.4491 e 223.7794

Dra. Gilda Tonietto

Rua: Garibaldi, 810. Sala: 302
Fone: 223.1368

Dra. Gisele Guerra Toiani

Rua: Sinimbu, 2091.
Conjunto: 716/718
Fones: 222.2895 e 921.6153

Dra. Isabel Massena

Pimentel Bissi
Av. Júlio de Castilhos, 1051.
Fones: 228.4549 e 921.6153

Dra. Jaqueline Fedrizzi

Rua: Garibaldi, 791.
Sala: 501
Fone: 221.6970

Dra. Janes Salvador Mesquita

Rua: Sinimbu, 2091
Sala: 708
Fone: 223.4084

Dra. Karina Bruschi

Rua: Sinimbu, 2038.
Sala: 31
Fone: 223.6368 R: 31

Dra. Lisane Petry Panozzo

Rua: Dr. Montauray, 1128.
Sala: 61 Fone: 223.6179

Dra. Loice de Lourdes Pontalti

Rua: Bento Gonçalves, 2448.
Sala: 601 Fone: 223.2441

Dra. Luciana Farina Fochesato

Rua: Garibaldi, 810. Sala: 602
Fone: 223.1057

Dra. Maria Cristina Calcagnoto

(Terapia Familiar)
Rua: Borges de Medeiros, 677.
Sala: 62
Fone: 922.3045

Dra. Marina Inês Beviláqua

Rua: Dr. Montauray, 1128.
Sala: 61
Fone: 223.6179

Dra. Maria Kehl

Rua: Os 18 do Forte, 2000.
Sala: 302
Fones: 223.6362 e 211.3362

Dra. Marilda Menegat

Rua: Sinimbu, 2091.
Conjunto: 619 Fone: 223.7165

Dra. Marisa Lourenço Schaefer

Rua: Dr. Montauray, 1355.
Sala: 801 Fone: 223.7221

Dra. Marisa Gabardo

Av. Júlio de Castilhos, 1511.
Sala: 97 Fone: 223.9967

Dra. Patrícia Bedin

Av. Júlio de Castilhos, 1511.
Fone: 220.5486

Dra. Patrícia Luiza Prigol

Rua: Dr. Montauray, 1128.
Sala: 61 Fone: 223.6179

Dra. Paula Ramos Moreira

Rua: Bento Gonçalves, 2169.
Sala: 22
Fones: 229.3842 e 921.6484

Dra. Renata Sassi

Rua: Os 18 do Forte, 1207.
Sala: 402 Fone: 223.7647

Dra. Ronilza G. S. de Souza
Av. Júlio de Castilhos, 2020.
Sala: 1001 Desconto:
Fones: **223.7120 e 226.1204**

Dra. Roseli Sílvia Dambros
Rua: Sinimbu, 2091. Sala: 315
Fone: **213.1629**

Dra. Rosimari Izéria
Av. Júlio de Castilhos, 1511.
Sala: 96 Fone: **220.5486**

Dra. Rosméri Shimidt
Rua: Borges de Medeiros, 677.
Sala: 13 Fone: **223.9024**

Dra. Sarajane Lima de Oliveira
Rua: Sinimbu, 2091. Sala: 315
Fone: **213.1629**

Dra. Silvana G. Tavares
Rua: Sinimbu, 2091. Sala: 212
Fones: **220.4747 e 229.1864**

Dra. Simone Demore
Rua: Sinimbu, 2091. Sala: 406
Fone: **212.1864**

Dra. Sinara Lopes Fruet
Rua: Dal Canalle, 2196.
Sala: 5017 Fone: **223.9926**

Dra. Vera Marta R. de Oliveira
Rua: Marechal Floriano, 531.
Sala: 13 Fone: **221.6793**

Dra. Talu Andréa Dartora
Rua: Garibaldi, 603. Sala: 41
Fones: **223.9059 e 221.2308**

PSIQUIATRIA:

Dr. Eduardo Koff
Rua: Sinimbu, 2091. Sala: 501
Fone: **223.1303**

REMATOLOGIA:

Dra. Maria Cristina Serafini
Rua: Feijó Júnior, 909.
Sala: 601. Fone: **221.2776**

UROLOGIA:

Dr. Antonio Afonso Floriano
Rua: Pinheiro Machado, 1692.
Fone: **221.7991**

Dr. Hélio Francisco R. Ramos
Rua: Pinheiro Machado, 1811.
Sala: 12 Fone: **221.4987**

Dr. Nelson Corsetti
Rua: Pinheiro Machado, 1692
Fone: **221.7991**

FISIOTERAPIA:

Clínica Médica Corpore
Dr. Fernando Gazzola
Av. Júlio de Castilhos, 1881.
Primeiro Andar
Fone: **223.1607**

Consultório de Fisioterapia Infantil Dr. Nelson Sônego
Rua: Pinheiro Machado, 2705.
Sala: 402 Fone: **223.4240**

DENTISTAS:

Cláudia Gomes Baltazar
Rua: Borges de Medeiros, 677.
Sala: 14. Fone: **923.7392**

Fábio Luiz Lazzari
Rua: Luiz Michielon, 1702.
Fone: **212.1778**

Dra. Luciana Ortolan Corsetti
(Somente para crianças)
Rua: Pedro Tomasi, 937.
Sala: 502 Fone: **222.6428**

Dra. Natália Comerlato Guerra
Av. Júlio de Castilhos, 2101.
Sala: 51 Fone: **223.9207**

Dra. Rosângela May Buogo
Rua: Moreira César, 2712.
Quarto Andar
Fone: **223.0186**

Dra. Simone Cristina Susin
Rua: Borges de Medeiros, 586.
Sala: 302
Fone: **223.7581** à tarde.

Dr. Vilson Roberto Guerra
Av. Júlio de Castilhos, 1401.
Sala: 302
Fone: **221.1635**

Sindicato Regional dos Bancários

CIRURGIA

BUCO-MACILO FACIAL:

Dr. Irani Zanettini
Rua: Bento Gonçalves, 2048.
Quarto Andar Fone: **221.5788**

ENDODONTIA:

(Tratamento de Canal)
Dra. Cláudia Garbini
Av. Júlio de Castilhos, 2535.
Sala: 104
Fone: **223.6407**

Dr. Paulo Roberto Zanettini
Rua: Bento Gonçalves, 2048.
Quarto Andar
Fone: **221.5788**

DENTÍSTICA:

(Estética e Prótese)
Dra. Giovana Zanettini
Rua: Bento Gonçalves, 2048.
Quarto Andar
Fone: **221.5788**

ODONTOPEDIATRIA:

Dra. Oyara Maria Zanettini
Rua: Bento Gonçalves, 2048.
Quarto Andar Fone: **221.5788**

Dra. Sílvia Zanettini
Rua: Bento Gonçalves, 2048.
Quarto Andar Fone: **221.5788**

ORTODONTIA:

(Aparelhos Dentários)
Dra. Cintia Karam Brum
Rua: Angelina Michelin, 158.
Sala: 52 Fone: **222.8602**
Desconto:

Dr. Élio Batista Paiva Brum
Rua: Angelina Michelin, 158.
Sala: 52 Fone: **222.8602**

PERIODONTIA:

(Tratamento de Gengiva)
Dr. Ronaldo Gazola
Rua: Garibaldi, 565. Sala: 504
Fone: **223.1479**

Dra. Uyara Miranda Zanettini
Rua: Bento Gonçalves, 2048.
Quarto Andar
Fone: **221.5788**

ECOGRAFIA:

Ecografistas Reunidos
Eco Centenário
Ecografia Geral
Rua: Bento Gonçalves, 2125.
Fone: **221.6751**

RADIOLOGIA ODONTOLÓGICA:

Serdemaf
Rua: Garibaldi, 789. Sala: 133
Fone: **221.3288**

Sedro
Rua: Pinheiro Machado, 1811.
Sala: 4344
Fones: **221.5223 e 214.1786**

LABORATÓRIOS:

Biohematec
Laboratório de Análises
Clínicas
Av. Júlio de Castilhos, 2069.
Fones: **221.6454 e 223.9877**

Laboratório Santa Tecla
Rua: Marechal Floriano, 493.
Fone: **221.1724**

Laboratório Fleming
Rua: Moreira César, 2712.
Fones: **221.7388 e 221.4194**

Laboratório Pasteur
Rua: Moreira César, 2655.
Fone: **221.4571**

FARMÁCIAS:

Farmácia do Ipam
Rua: Pinheiro Machado, 2269
Fone: **223.8655**

Farmácia Natufarma
Rua: Visconde de Pelotas, 888.
Fone: **221.4452**
Rua: Sinimbu, 1501.
Fone: **223.5322**
Av. Júlio de Castilhos, 2520.
Fone: **221.4098**

Farmácia Bellafarma
Rua: Sinimbu, 1680
Fone: **223.1811**
Av. Júlio de Castilhos, 2286.
Fone: **223.4488**
Rua: Da República, 246.
Farroupilha - RS.

Sindicato Regional dos Bancários

**ESCOLAS DE
IDIOMAS:**

**Centro Caxias de Cultura
Anglo Americana Ltda**
Rua: Borges de Medeiros, 457.
Fones: **223.3211 e 223.4136**

**Instituto Hispanoamericano
Cursos de Espanhol**
Rua: Sinimbu, 1511
Fone: **223.3096**

Instituto de Idiomas Passauf
(Cursos de Inglês, Espanhol,
Alemão, Francês e Italiano)
Rua: Dr. Montauray, 1355.
Sala: 506
Fones: **221.5752 223.8870**

**CURSOS
PRÉ-VESTIBULAR:**
Pré-Vestibular Mauá
Rua: Sinimbu, 2019.
Fone: **223.7366**

Grupo Educacional Mutirão
Rua: Alfredo Chaves, 927.
Segundo Andar
Fone: **223.7044**

Cursão Unificado
Rua: Os 18 do Forte, 1771.
Fone: **221.3455**

ÓTICAS:
Ótica Boa Visão
Rua: Sinimbu, 1639. Loja 1
Fone: **223.4648**

Ótica Caxiense
Av. Júlio de Castilhos, 1833.
Fone: **221.3816**

Ótica City
Av. Júlio de Castilhos, 1540.
Fone: **221.3154**
Desconto:

Ótica Martinato
Av. Júlio de Castilhos, 1867.
Fone: **221.2390**

Ótica Paula
Av. Júlio de Castilhos, 1988.
Fone: **221.5014**

Ótica Perfeição
Av. Júlio de Castilhos, 581.
Sala: 02 Esquina 13 de Maio.
Fone: **222.2160**

LIVRARIAS:
Livraria Perfil
Rua: Visconde de Pelotas, 922.
Fone: **221.6080**

Livraria Rossi
Av. Júlio de Castilhos, 1583.
Fone: **223.8377**
Rua: Feijó Júnior, 672.
Fone: **223.3688**

Livraria Mercado de Idéias
Av. Júlio de Castilhos, 1614
Fone: **223.2940**

Livraria do Maneco
Rua: Marechal Floriano, 879.
Fone: **223.7133**

Livraria Papyrus
Rua: Sinimbu, 1670.
Fones: **223.9610 e 221.4586**

INFORMÁTICA:
Bitcom Informática
Importação e Exportação
Rua: Sinimbu, 1639
Fone: **228.2224**

JOALHERIAS:
Joalheria Luchese
Rua: Sinimbu, 1639
Fone: **221.5729**

Bel Jóias
Av. Júlio de Castilhos, 1614.
Fone: **221.5455**

Visual Joalheria e Ótica
Rua: Dr. Montauray, 1261.
Fone: **223.1644**

ESCOLAS MATERNAIS:
Espaço Infantil
Rua: Tronca, 2393.
Fone: **228.3169**

Escola Infantil Movimento
Rua: São José, 1919.
Fone: **214.1422**

**Escola de Primeiro Grau
Raio de Luz**
Rua: 20 de Setembro, 405.
Fone: **228.4540**

**Escola Maternal
Risque Rabisque**
Av. Rio Branco, 160/170.
Fone: **214.1364**

**Escola Maternal
Recreio Travesso**
Rua: Felipe Camarão, 197.
Fone: **222.8092**

**Escola Maternal
Doce Aconchego**
Rua: Alfredo Chaves, 515.
Fones: **214.1454 e 212.3541**

**ESCOLAS DE
INFORMÁTICA:**
Data Brasil
Rua: Moreira César, 2715.
Sala: 02
Fone: **223.9299**

Data Control
Rua: Coronel Flores, 524.
Fones: **221.2636 e 223.2455**

Micro Point
Av. Itália, 325. Sala: 201
Fone: **223.8199**

Sispro Educacional
Av. Rio Branco, 503.
Terceiro Andar Sala: 31
Fone: **221.8423**

PLANOS DE SAÚDE:
Pompeamed
Av. Júlio de Castilhos, 2163.
Fones: **223.0636**
924.3612
924.3112
223.6466
223.0304

DIVERSOS:
Academia Kelvin 273
Av. Júlio de Castilhos, 1526.
Fone: **921.7691**

**Auto-Escola e
Despachante Tomé**
Rua: Moreira César, 2686.
Fone: **921.5605**

**EMERGÊNCIAS
MÉDICAS:**
Emercor
Emergências Médicas
Av. Júlio de Castilhos, 175.
Fones: **228.4860 e 214.1212**

ADVOGADOS:
Dr. Arthur Luiz Borges
Direito Cível e Penal
Av. Júlio de Castilhos, 1511.
Sala: 36 Fone: **221.5285**

Dr. Luís Carlos Mocelin
Direito do Trabalho
Rua: Borges de Medeiros, 667.
Sala: 73 Fone: **222.2854**

Dr. Walmor Witecky
Rua: Borges de Medeiros, 667.
Sala: 73 Fone: **223.3936**

Dentista no Sindicato:
Dra. Natália Comerlato Guerra
Rua: Borges de Medeiros, 574.
Horário de Atendimento:
Terça e Quinta: 16 às 18 horas.
Demais dias: 15 às 17 horas.
Fone: **223.2166/Caxias do Sul**

Dra. Simone Cristina Susin
Rua: Borges de Medeiros, 574.
Horário de Atendimento:
9:30 às 13 horas
Fone: **223.2166/Caxias do Sul**
Canela
Dra. Marilu Zanatta
Rua: Júlio de Castilhos, 239.
Sala: 305 Fone: **282.2055**

Farroupilha
Dr. José Luiz Rizzo
Rua: Júlio de Castilhos, 821.
Sala: 25 Fone: **261.1553**

Flores da Cunha
Dra. Rafaela Oldra
Rua: Raiymundo Montanari, 2915
Fone: **292.3589**

Veranópolis:
Dr. Mauro Douglas Farina
Rua: Andrade Neves, 84.
Sala: 01 Fone: **441.1545**

Bancários esperam decisão sobre pagamento de perdas do FGTS

Planos Econômicos provocaram perdas de 44,8% no FGTS dos trabalhadores

O Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos Bancários do Rio Grande do Sul está orientando as entidades do interior sobre a ação judicial apresentada pela Federação Estadual dos Metalúrgicos e Central Única dos Trabalhadores no Estado ao Ministério Público Federal em que pede o pagamento de 44,8% de perdas provocadas pelos desastrosos planos econômicos de vários governos.

O integrante da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos Bancários de Caxias e demais municípios da região, Pedro Incerti, alerta à categoria que não é necessário apresentar ações individuais porque a medida jurídica contempla todos os trabalhadores que optaram pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e que, no período das perdas, mantinham vínculo de trabalho com empresas sediadas no Rio Grande do Sul.

A ação foi julgada procedente em primeira instância, mas os demandados recorrem por outro julgamento. Na primeira sentença, o Tribunal Regional Federal da Quarta Região decidiu excluir a União da obrigação de pagar as ações que, futuramente, não apresentarem mais possibilidades de recursos para julgamentos em grau superior.

Planos econômicos prejudicaram contas do Fundo de Garantir por Tempo de Serviço dos Bancários, que vão à Justiça exigir os seus legítimos direitos.

Diante desta decisão judicial, quem fica com a obrigação de pagar as perdas do FGTS é a Caixa Econômica Federal. Mesmo assim, a CEF apresentou recursos argumentando que, as contas do FGTS são de natureza institucional e não contratual. Devido à decisão, o Ministério Público Federal apresentou recurso Especial junto ao Superior Tribunal de Justiça e encontra-se em espera para sentença. O Superior Tribunal de Justiça tem manifestado, através de suas sentenças, que a matéria do Fundo de Garantia por tempo de Serviço tem natureza contratual, o que obriga a Caixa Econômica Federal a pagar, em caso de condenação irreversível, as perdas sofridas nas contas dos trabalhadores durante o período em que os sucessos planos econômicos foram implantados na economia brasileira e

prejuízos, não somente para a economia, mas principalmente aos direitos sociais dos trabalhadores brasileiros.

A maioria das decisões do STJ tem julgado procedentes as demandas no período do Plano Collor, apontando defasagem aproximada de 44,8%.

O Sindicato Estadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos Bancários enfatiza que os funcionários do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal não estão contemplados por esta ação. Relata a diretoria da entidade que a sede desses dois bancos não encontra-se localizada no Rio Grande do Sul.

Para evitar prejuízos aos funcionários do BB e CEF foi apresentada à Justiça uma ação igual em Brasília, que está com andamento semelhante àquela apresentada no Estado.

Em Caxias do Sul, vários advogados, desconhecidos até mesmo dos meios jurídicos locais, têm alardeado que é necessário cada trabalhador apresentar ação individual para receber este benefício que procura corrigir os índices retirados - injustamente - através de experiências econômicas fracassadas, especialmente do ex-presidente cassado, Fernando Collor de Mello.

O ajuizamento de ação individual pelos bancários não fica afastado, mas o Sindicato Estadual da categoria entende que não é necessária esta medida.

REGIÃO

Garibaldi

Os trabalhadores em estabelecimentos bancários em Garibaldi podem utilizar os serviços do dentista Marcelino Rebelato. Este profissional mantém convênio com o Sindicato dos Bancários. Consultas podem ser marcadas através de dois telefones: 922.2637 e 462.4639.

Gramado

Quem presta atendimento odontológico aos bancários dessa cidade serrana é a dentista Karem Ruschel, que tem consultório na rua Madre Verônica, 31, sala 32. Telefone: 286.1945.

Nova Petrópolis

A dentista Verence A. Silva está credenciada nesta cidade formada por imigrantes alemães a prestar atendimento odontológico aos trabalhadores em bancos. O consultório está localizado na rua Tiradentes, 340. Telefone: 281.1534.

São Marcos

Na capital nacional de caminhoneiros, o atendimento odontológico aos trabalhadores bancários é prestado pelo dentista Marcelino Paduan. Ele atende na rua Dr. Rosa, 569. Consultas podem ser marcadas pelo telefone: 291.1866.

Estudo analisa participação nos lucros no período entre 1995 e 1997

Estudo foi elaborado pelo DIESE de Brasília e Federação Nacional dos Bancários

O presente trabalho visa ilustrar a negociação de Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) dos bancários, proporcionando uma avaliação dos acordos realizados no âmbito da Medida Provisória, atualmente de número 1619-40, que regulamenta este direito constitucional dos trabalhadores.

O estudo elaborado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos de Brasília e Federação Nacional dos Bancários está dividido em três partes. Nesta edição de abril da Voz do Bancário vamos divulgar a primeira parte que aborda as negociações coletivas no período pós-Real e participação nos lucros ou resultados dos bancos, especialmente os privados.

Com a queda dos elevados índices inflacionários, em consequência do Plano Real, a questão salarial, que sempre foi central nas negociações coletivas no Brasil, assume novas conotações.

Conforme o Sistema de Acompanhamento das Contratações Coletivas (SACC) do DIESE, em 1996 foi bastante expressiva a proporção das categorias com recuperação plena, na data-base, da inflação passada - mais de 50% delas repuseram integralmente, no mínimo, a inflação acumulada nos doze meses anteriores à data-base.

Em 1997, no setor privado, mais de 45% dos 423

acordos e convenções pesquisados não conseguiram reajustes salariais nem mesmo iguais ao INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) do IBGE. As maiores dificuldades foram registradas no setor industrial. Esse quadro deve ser relacionado com uma característica até então desconhecida pelo movimento sindical: a economia volta a crescer - cerca de 4% ao ano no período entre 1993 a 1996 - mas novos postos de trabalho não foram criados. Isso comportou uma dificuldade de reposição do equilíbrio de forças perdidas pelos sindicatos de trabalhadores.

Quanto ao setor público, mais de 48% dos 28 acordos pesquisados tiveram reajuste salarial abaixo do INPC.

Em segundo lugar, praticamente desaparecem as antecipações salariais e os aumentos reais a título de produtividade. Registra-se, entretanto, uma maior frequência de abonos e de acordos de PLR.

Apesar de constituir uma despesa adicional, para as empresas a PLR traz a vantagem da isenção dos encargos trabalhistas e previdenciários e de uma redução do Imposto de Renda devido. Em certas situações, o pagamento da PLR é utilizado como moeda de troca, substituindo a reposição integral das perdas inflacionárias, o pagamento de aumentos reais ou ainda os ganhos de produtividade.

Em geral, a PLR, negociada por empresa, reflete o interesse patronal em incentivar os trabalhadores para o bom desempenho da organização. Assim, ela é utilizada com o objetivo imediato de sanar tensões salariais, dando uma resposta pontual nos anseios econômicos dos trabalhadores, e com o objetivo estratégico de flexibilizar a remuneração dos mesmos, pois a PLR não se incorpora ao salário fixo, regido pelo ditado constitucional que aponta a irredutibilidade.

Quando ao interesse dos trabalhadores nessa parcela de remuneração, é confirmado pelo levantamento sobre as greves de 1996. Segundo estudo do DIEESE, os principais motivos desse instrumento de ação sindical foram: a garantia de recebimento do salário (42%), o valor do reajuste salarial na data-base (28%) e a PLR (18% do total ou 229 casos).

Neste último caso, a greve deflagrada devido às tentativas de afastar os sindicatos de trabalhadores do processo de negociação, à dificuldade de acesso às informações das empresas e a metas inatingíveis estabelecidas pelos empregadores.

Na próxima edição da Voz dos Bancários será publicada a segunda parte desse estudo realizado pelo DIEESE de Brasília e a Federação Nacional dos Bancários que analisa a participação nos lucros ou resultados dos bancos.

LINHA DIRETA

A partir desta edição, o Jornal A Voz do Bancário abre uma coluna destinada para as informações dos trabalhadores em estabelecimentos bancários de Caxias do Sul e demais municípios da região. Através deste espaço, os colegas podem enviar sugestões para melhorar a atuação da entidade sindical, idéias para o jornal e a realidade das relações de trabalho em cada banco.

Governador Lerner confirma venda do Banestado em 98

Depois de conquistar aprovação na Assembleia Legislativa para sanear o Banestado, o Governador do Paraná, Jaime Lerner, surpreendeu funcionários e o povo paranaense ao anunciar, em março, a privatização do banco.

No protocolo de saneamento do banco, assinado com o Banco Central, Lerner concordou em passar o controle da principal instituição financeira do Paraná a iniciativa privada.

Nem a diretoria e sequer o Conselho de Administração foram comunicados de que o Banestado, ainda este ano, será privatizado.

Os três senadores do PR são contrários à privatização e defendem o patrimônio estadual.

Voz do Bancário

JORNAL DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE CAXIAS DO SUL E REGIÃO- CUT
MAIO DE 1998 ANO: 14 NÚMERO: 78



Bancários iniciam campanha salarial

Confederação Nacional dos Bancários prepara reivindicações para negociar com a entidade patronal

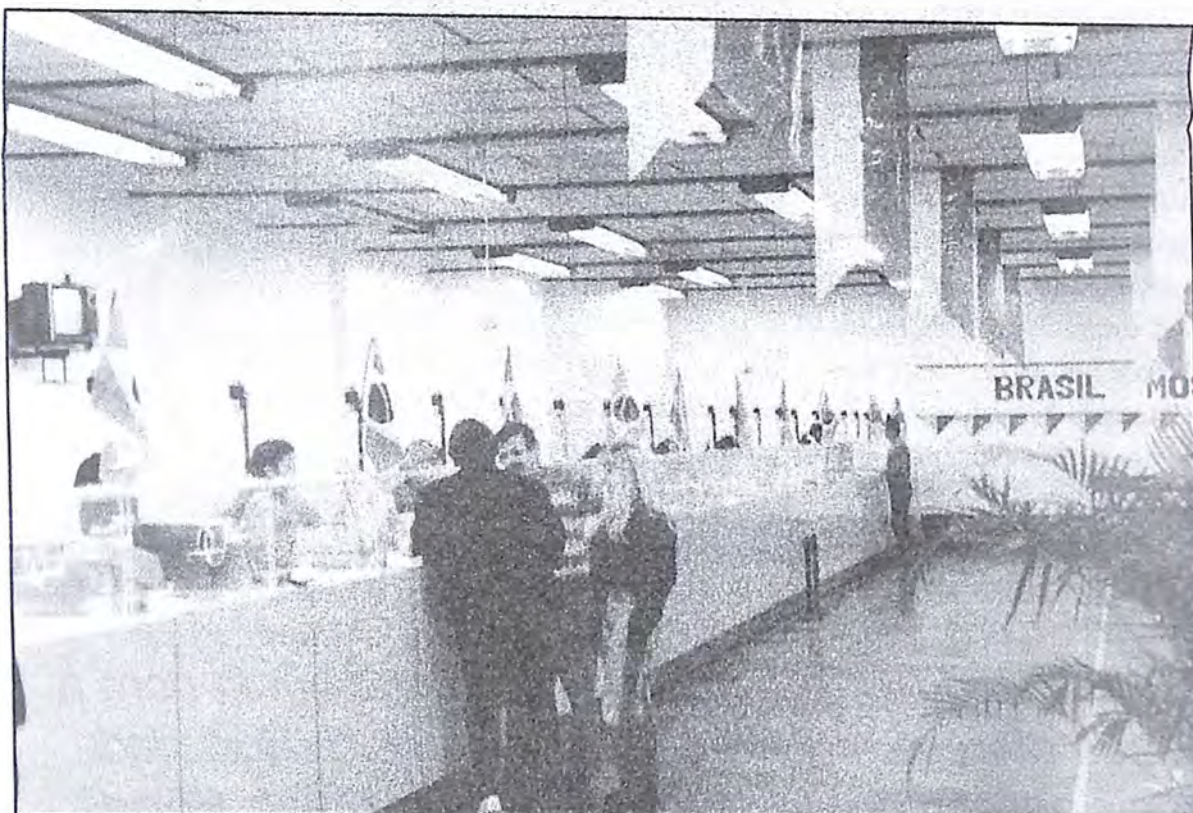
O Sindicato Regional dos Bancários recebeu da Confederação Nacional documento em que apresenta uma proposta para debater a campanha salarial com data-base em setembro.

Em maio ocorre seminário nacional com as sugestões que as Federações dos Bancários em cada estado vão apresentar em São Paulo para iniciar uma das mais difíceis negociações do sindicalismo dos trabalhadores em estabelecimentos bancários devido as permanentes demissões em vários bancos de norte a sul.

A Executiva Nacional entende ser importante a antecipação da campanha salarial deste ano, a partir das negociações temáticas que encontram-se em debate. O

Conjuntura para negociações

O crescimento dos índices de desemprego e as eleições gerais deste ano são os elementos mais importantes da atual conjuntura brasileira para negociar a campanha salarial dos bancários. O trabalho será intenso em busca de conquistas reais para a categoria que deseja avanços durante este ano nas negociações futuras com a Fenaban.



Fusões, incorporações, privatizações e vendas de bancos reduzem muitos empregos

objetivo é, ao despertar o interesse da categoria, fazer com que os trabalhadores bancários participem dos debates e contribuam na elaboração do modelo de **Desafios serão enfrentados**

O problema do desemprego coloca, também, para o movimento sindical o desafio de elaborar alternativas para solucionar o problema, pois somos os maiores interessados. No último encontro a Fenaban apresentou um conjunto de propostas para novas formas de contratação de bancários, através de jornadas especiais. A CNB vai avaliar se a proposta vai gerar empregos.

campanha. A tática de partir das mesas temáticas atuais deve servir como catalisador da campanha salarial, mas não necessariamente determina seu rumo e suas principais bandeiras de lutas de uma categoria que enfrenta a cada dia a insegurança de chegar ao local de trabalho e receber o aviso de que o banco decidiu dispensá-lo. **Vamos debater as propostas**

Em doze de maio a Federação Nacional dos Bancos apresentou uma proposta em que sugere formas diferentes para contratar funcionários. Levando em conta a possibilidade de abertura de novos postos de trabalho, a Confederação Nacional dos Bancários vai analisar os efeitos para a categoria e elaborar propostas alternativas para negociar.

Em junho Caxias sedia seminário

No dia nove de junho será realizado na Câmara de Vereadores de Caxias do Sul, o seminário regional. No dia dez, ocorre debates no período da manhã na sede da entidade, em Caxias, e um ato de protesto à tarde em frente a uma agência do Banrisul contra o mau atendimento prestado à população do Rio Grande do Sul, especialmente em Caxias.

Emenda de deputados prevê o retorno do Banespa para o Estado

Deputados estaduais de seis partidos querem preservar patrimônio dos paulistas

Os deputados estaduais de São Paulo, representando seis partidos de oposição ao Governo do tucano Mário Covas apresentaram na Assembleia Legislativa uma emenda que procura defender o Banespa, considerado um patrimônio dos paulistanos e que poderá ser privatizado ainda este ano.

A emenda ao Projeto-de-Lei de Diretrizes Orçamentárias prevê a retomada das negociações da dívida pública estadual com a União.

A iniciativa adotada pelos deputados estaduais do PT, PMDB, PDT, PC do B, PPB

Convênio do Mauá oferece mais desconto

O Curso Pré-Vestibular Mauá está ampliando os benefícios para associados e dependentes do Sindicato Regional dos Bancários. A partir de agosto, quando inicia a preparação intensiva ao vestibular de verão, o Mauá amplia de 30 para 45% o desconto nos pagamentos da taxa de matrícula, material e mensalidades.



Filial do Banespa em Caxias tem demitido bancários

e PSB tem como objetivo incluir no acordo valores da dívida do Governo Federal ao Estado de São Paulo e a volta do Banespa ao contro-

estadual. Os deputados dizem que a autonomia e a ordem do Estado foram violadas com o acordo de refinanciamento da dívida estadual com a União.

Sindicato acerta convênio com a Academia de ginástica da Sociedade Esportiva e Recreativa Eberle

A diretoria do Sindicato Regional dos Bancários em busca de ampliar os benefícios para os associados e dependentes assinou em maio mais um convênio. A partir deste mês, os bancários podem utilizar as instalações da academia de ginástica da Sociedade Esportiva e Recreativa da Eberle. Localizada na

rua Plácido de Castro, 698, próximo as escolas do SENAI e Emílio Meyer, a academia tem em sua estrutura esteiras, bicicletas ergométricas, aparelhos de musculação, além de fácil estacionamento.

A mensalidade é de R\$25,00 - sem taxa de inscrição e com frequência livre todos os dias em horário a combinar.

TOQUE DE CAIXA

Banrisul transfere funcionários da extinta Caixa

Para suportar o fechamento de várias agências da extinta Caixa Econômica Estadual, a direção do Banrisul tem transferido de forma autoritária, com todas as consequências previsíveis, alguns colegas de outras cidades e regiões. A diretoria da Federação dos Bancários pede que os colegas comuniquem ao Sindicato Regional dos Bancários problemas como este.

A entidade sugere a realização de reuniões com os gerentes regionais para reverter as transferências mais problemáticas.

Empresa vai avaliar preço do Banespa

Foi publicado no Diário Oficial da União em maio edital de licitação para escolher a empresa que vai fazer a avaliação financeira do Banco do Estado de São Paulo, o Banespa. Na melhor das hipóteses, todo o processo deverá durar 140 dias e, no máximo, 320 dias. O mercado avalia que a data mais próxima da venda deste patrimônio dos paulistas será, provavelmente, em 18 de novembro. Enfrentando inúmeros problemas de mau gerenciamento, o Banespa vai para a iniciativa privada e as demissões, certamente, serão inevitáveis no futuro. Apesar de tudo isso, os colegas bancários do Banespa vão à luta para discutir a campanha salarial de 1998.

Fone: (054) 223.2166

Voz do Bancário

Fax: (054) 223.2405

Publicação do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e região - Filiado à CUT
Base Territorial: Caxias do Sul, Antonio Prado, Canela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Nova Petrópolis, São Marcos e Veranópolis, Picada Café, Ipê, Nova Roma, Nova Pádua.

Sede: Rua Borges de Medeiros, 574. Caxias do Sul - RS

Conselho Editorial: Diretoria do Sindicato dos Bancários de Caxias e Região

Edição: Michielin Comunicação e Propaganda / Leonardo Michielin de Almeida

Fotolito e Impressão: Art & Gráfica **Tiragem:** 2.400 exemplares **Edição:** Maio de 1998

Meridional prepara demissões

Privatizado, banco vai implantar modificações que provocarão maior desemprego

O Meridional, privatizado em dezembro do ano passado e agora controlado pelo banco Bozano Simonsen, concluiu no último dia sete um aumento de capital de R\$ 360 milhões. A operação financeira, confirmada em assembléia geral, servirá para cobrir novos investimentos, despesas para ajustes estruturais e um prejuízo que varia entre US\$ 8 milhões e US\$ 10 milhões mensais. Deste total, cerca de US\$ 80 milhões serão destinados para o programa de demissões incentivadas para reduzir em 40% o quadro de funcionários, atualmente em 6.900 para 4.200 bancários no Meridional.

Com o aumento de capital, a participação do grupo controlador se elevou para 93% do capital total do banco. A maior parte das subscrições, em torno de 75%, foi confirmada pela Goldener, uma empresa do grupo nas Ilhas Cayman. Os 25% restantes ficaram com a Bozano Simonsen, a holding brasileira do conglomerado.

Esses 25% eram como sobras não adquiridas pelos sócios minoritários, entre os quais, está o clube de investimentos formado pelos funcionários do banco.

Na privatização, o clube havia ficado com um lote de 8% das ações preferenciais a pre-

ço diferenciado, e agora vêem sua participação se reduzir quase pela metade.

Para garantir o seu lucro, além das demissões, o banco vai intensificar o processo de informatização, redução de custos, ampliação das receitas e uma reorganização interna com ênfase à terceirização de serviços de apoio. O vice-presidente executivo do Meridional, Maurício Caetano, diz que o banco não tem planos de expansão, já que 1998 considera que é o ano da reorganização geral da empresa.

Caetano afirma que em 1999 se espera um grande ano, com a arrumada societária de todo o grupo.

Tribunal condena a privatização do Banerj no

O Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro condenou este mês a privatização do Banerj, o banco estadual. O Tribunal ao apresentar sua sentença considerou lesiva ao interesse público a privatização do Banerj, que foi comprado pelo Itaú.

Segundo o TC, o Governo do Rio de Janeiro assumiu uma dívida próxima de R\$ 5,3 bilhões. Para liquidar a caixa atuarial da Previ Banerj, o Estado assumiu uma dívida de R\$3.088 bilhões junto a Caixa Econômica Federal com juros de 6% ao mês a serem pagos em 25 anos.

Cheques sem fundos aumentam no mês de março

O número de cheques sem fundos bateu mais um record no mês de março.

Foram 10,8 mil cheques devolvidos para cada mil compensados. Os números foram confirmados pela Centralização de Serviços Bancários (Serasa).

A média diária de cheques devolvidos foi de 117.815 em todo o País. Enquanto que no mesmo mês do ano passado, a média foi de 70.989. O recorde anterior foi registrado em janeiro, com uma média de 9,7 cheques sem fundos a cada mil compensados. O desemprego é um dos fatores apontados como causa.

População é contra venda do Banco do Brasil

O Instituto de Pesquisa de Opinião Pública Vox Populi, em trabalho encomendado pela Confederação Nacional do Transporte, relacionou nove setores e perguntou aos entrevistados se eles funcionariam melhor nas mãos do Estado ou da iniciativa privada.

O Banco do Brasil foi tratado como um setor e recebeu a seguinte votação: 55% dos entrevistados acham que o BB funciona melhor com o Estado; 25% consideram que funciona melhor privatizado e 20% foram indiferentes à privatização ou funcionamento estatal do BB.

REGISTRO

Sindicato veicula nota no Dia do Trabalho

O Sindicato Regional dos Bancários veiculou na Rádio São Francisco AM em primeiro de maio, Dia Mundial do Trabalhador, uma nota sobre a data que provoca profundas avaliações em todo o mundo. Afinal, quando se fala em trabalho, parece que este é um bem em extinção em vários países.

Diz a nota: "O Sindicato dos Bancários de Caxias e Região, manifesta no Dia do Trabalho profunda preocupação diante da difícil realidade social que os trabalhadores das diversas categorias enfrentam. Constatamos uma dura realidade: a falta de trabalho para muitos brasileiros, o que é muito triste. Nesta data, reafirmamos nossa crítica a reforma da Previdência Social, que somente vai dificultar as aposentadorias para quem muitos anos trabalhou pelo Brasil. Necessário, também, que o Governo Federal reduza juros e libere recursos para geração de empregos na cidade e, principalmente, no campo para a agricultura familiar.

Filas continuam nas agências do Banrisul depois de extinta a CEE

Utilizar os serviços do Banrisul provoca irritação, pois atendimento é demorado

Foto: Mauro Ceccon

Os clientes do Banrisul constataam, todas às vezes que vão ao banco, problemas no atendimento. As filas enormes, uma ao lado da outra, já faz parte da realidade fora e dentro das agências do Banrisul em Caxias e muitos outros municípios do território gaúcho.

A população perde muito tempo para realizar pequenas operações financeiras que não poderiam tirar mais do que poucos minutos. Os clientes e demais pessoas humildes que utilizam o Banrisul para o pagamento de taxas de serviços públicos têm o sentimento de que o atendimento ficará assim.



Banrisul precisa melhorar atendimento à população

Moção - Apesar de tentar aprovar na Câmara de Vereadores de Caxias uma moção de protesto contra o Sindicato dos Bancários, o vereador João Carlos Virgili Costa não levou. A diretoria da entidade

rebateu com elegância a crítica de que o sindicato não fazia nada em relação ao mau atendimento no Banrisul. A moção foi rejeitada pelos vereadores que sabem do trabalho sério dos bancários.

Presidente FHC ofende aposentados que foram beneficiados aos 50 anos

Quem está aposentado antes dos 50 anos de idade é vagabundo. Esta foi a frase mais infeliz que o presidente da República, Fernando Henrique, pronunciou desde que, apoiado por muitas pessoas que até mesmo se aposentaram antes de completar 50 anos, o levaram a função que exerce.

A manifestação de FHC ofende muitos brasileiros que desde a adolescência trabalham para auxiliar na complementação de renda da família ou precisam trabalhar para pagar os estudos. A frase do presidente representa a falta de res-

peito aos trabalhadores que procuram construir um país mais justo, com reforma agrária, distribuição de renda nacional, serviços públicos eficientes e um governo que tenha, no mínimo, compromisso com os mais pobres, quase sem esperanças de um dia tornarem-se cidadãos.

Ora, presidente, o senhor não pode chamar de vagabundo quem se aposentou antes dos 50 anos. Afinal, o senhor conquistou este privilégio aos 37 anos de idade ganhando R\$5,9 mil. Além de ser incoerente, faltou com a verdade ao omitir seus privilégios.

Novas Taxas

A diretoria do Sindicato Regional dos Bancários informa as novas taxas para utilização do auditório, campo de futebol, salão de festas e salão da sede campestre.

As novas taxas foram definidas em reunião da diretoria da entidade e passam a vigorar a partir de maio.

Auditório (turno)....R\$ 60,00
Sala 303 (turno).....R\$15,00
Dentista.....R\$ 6,00
Campo de Futebol..R\$ 5,00
Salão de Festas para até 15 pessoas.....R\$10,00
Salão de Festas de quinze a 20 pessoas.....R\$15,00
Salão de Festas de trinta a 50 pessoas.....R\$20,00
Salão de Festas acima de 50 pessoas.....R\$ 30,00.

Sindicato pede ao INSS informações de aposentadoria

Devido a grande divulgação entre a categoria profissional dos bancários de que esta aposentadoria poderia ser classificada como "aposentadoria especial", a direção do Sindicato Regional enviou correspondência ao setor de concessão de benefícios do INSS, com as seguintes perguntas:

- Existe aposentadoria especial para a categoria dos trabalhadores bancários?

- Quais os requisitos para um bancário ser atingido por este benefício?

- Existe centralização nacional para requerimentos de benefícios desta natureza?

A resposta do INSS foi esta: A concessão de aposentadoria especial, dependerá da intermitente, durante 15, 20 ou 25 anos em atividade com efetiva exposição a agentes nocivos químicos, físicos-biológicos ou associação de agentes prejudiciais a saúde ou a integridade física. Conforme dispõe os Decretos 83080/79 e 53.831/64 e Lei 9032/95, que regulam aposentadoria especial, a categoria de BANCÁRIOS, não está contemplada com a aposentadoria especial. Informamos que não existe centralização para requerimentos de benefícios.

FRASES

"Fernando Henrique deixou o socialismo para ganhar uma eleição, para ser presidente, para viajar, para ficar bonitinho e conhecer a rainha da Inglaterra", disse **Thomas Skidmore**, na Folha de São Paulo, em 17 de maio de 1998.

"Mercado livre é permitido para as crianças famintas daqui e as massas pobres do resto do mundo. Mas os ricos sempre exigiram a proteção do Estado-babá, e ainda o fazem", disse **Noam Chomsky**, lingüista norte-americano, na revista República, edição de maio de 1998.

Voz do Bancário

JORNAL DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE CAXIAS DO SUL E REGIÃO - ANO 14 NÚMERO:78
JULHO DE 1998 - FILIADO À CUT



FHC NÃO VÊ CRISE SOCIAL NO PAÍS

Salvar o Real parece que tornou-se o único ponto de Governo do presidente Fernando Henrique Cardoso

Talvez nunca na história política brasileira uma eleição tenha assumido importância decisiva para o futuro do Brasil como a que vai ocorrer em outubro de 1998. O encontro do atual presidente Fernando Henrique Cardoso com as urnas será, acima de tudo, um julgamento popular sobre as medidas adotadas em quatro anos de um governo que colocou o Brasil numa crise econômica e social semelhante ao período do ex-presidente cassado Fernando Collor de Mello. Neste momento da história brasileira é necessário que a população não se permita em ser enganada mais uma vez por um presidente que acha que administrar um país é somente baixar a inflação, tornar a moeda brasileira estável e colocar o Brasil na Globalização. Certamente, FHC vai tentar explicar os bilhões gastos para salvar bancos e os outros tantos bilhões gastos para salvar uma moeda artificial, frágil, predadora do crescimento econômico brasileiro e, principalmente, envolvida com riscos diários, pois está ligada ao capital internacional especulativo e sem nenhum compromisso social com o nosso Brasil e seu heróico povo.



Apesar de ter riquezas imensas, o Brasil é um país com milhões de desempregados

■ DESEMPREGO

A Constituição Brasileira declara expressamente que o emprego é um direito do povo brasileiro. Mas o presidente FHC adotou um modelo de economia que gera milhões de empregos para norte-americanos, japoneses, chineses, argentinos, chilenos e europeus.

Infelizmente, a economia brasileira continua parada, o que é a causa determinante para a falta de empregos para os brasileiros no final de mais um milênio. Certamente, o desemprego brasileiro e o desemprego mundial tem várias causas geradoras. Mas o desemprego brasileiro é o resultado de uma política econômica irresponsável e frágil devido a dependência externa.

■ SAÚDE

Até quando seremos obrigados pelo Governo brasileiro a pagar impostos e mais impostos e não receber um serviço público que atenda, pelo menos, com dignidade à população? A saúde pública brasileira precisa passar por uma revolução total. É triste ver pessoas idosas morrendo nas filas de hospitais. É lamentável encontrar pessoas pobres mendigando um atendimento médico quando isso é obrigação dos Governos Federal, Estadual e Municipal. Mais quatro anos de Governo Federal e a saúde brasileira continua cada vez pior. Por isso, neste ano, você deve condenar um governo que não tem compromisso com a saúde, com a qualidade de vida do povo.

■ EDUCAÇÃO

Nunca na curta história de 500 anos deste País a educação esteve tão mal. Um exemplo próximo é a forma de tratamento que os professores das Universidades Federais foram submetidos por um presidente que diz ter orgulho de ser professor de Sociologia. Além de ganharem salários insuficientes com sua qualificação profissional, os professores das Universidades Federais estão a cada dia se aposentando e as vagas deixadas não são preenchidas.

Em quatro anos de Governo, FHC mudou a educação nacional para pior. É grande o número de alunos fora da escola, é alarmante o índice de analfabetismo e os ricos continuam estudando nas universidades públicas.

Advogado orienta bancários para vigilância de direitos

Assessoria Jurídica avalia trabalho para garantir direitos dos bancários

O escritório de advocacia Crivelli Advogados Associados desde janeiro de 1996 é responsável pelo Departamento Jurídico do Sindicato, apresentando verdadeira transformação nessa área fundamental para os trabalhadores em estabelecimentos bancários. O advogado José Eymard Loguércio, um dos profissionais que coordena este trabalho deu entrevista para o Informativo Bancário explicando algumas questões que preocupam os bancários.

- Como estão os processos dos Planos Collor, Bresser, URP/89?

José - Até o final de 1994 muitos trabalhadores conseguiram receber. A partir daí, entretanto, o Supremo entendeu que todos os planos eram indevidos, que não chegaram a se constituir em direito adquirido. Desde então todos os processos pendentes passaram a ser julgados contra os trabalhadores. Muitos estão ameaçados, inclusive, de devolver valores recebidos.

Mas muitos bancários receberam. Como é que ocorreu isso?

José - O funcionamento do Judiciário e do processo judicial não é simples. Cada processo é um mundo a parte. Os bancos, desde o início, apostaram na subida dos recursos até o Supremo. Em alguns processos conseguimos fazer acordos, garantindo o pagamento de, pelo menos, uma parte dos direitos dos bancários. Em outros não obtivemos sucesso. Existe uma peculiaridade, porém, que é importante compreender: se duas pessoas ingressam com ação idêntica contra uma mesma empresa, podem ter resultados diferentes. Os Tribunais Superiores têm a função de uniformizar esses resultados diferentes. É por conta disso que, infelizmente, a maioria dos bancários não recebeu e não tem mais a perspectiva de receber.

Quais as principais reclamações trabalhistas dos trabalhadores em estabelecimentos bancários?

José - Um grande número é de horas extras. No entanto, está havendo uma mudança desse perfil, pois estão crescendo as reclamações envolvendo desvio de função. Com a reestruturação do trabalho nas agências os bancários passaram a desenvolver tarefas múltiplas, apesar do salário permanecer o mesmo, sem qualquer compensação financeira. Isso exige do advogado habilidade para identificar uma via de acesso judicial que garanta a reparação dos direitos dos bancários. O fato de acompanharmos de perto a categoria bancária tem facilitado a identificação desses direitos.

Explique melhor?

José - Nem sempre o justo e o legal andam juntos. O sentimento de Justiça não se traduz necessariamente em possibilidade real de reparação. Por outro lado, entretando, há casos em que o problema é de interpretação das leis e do momento que podemos agir.

Caixa Federal realiza congresso no final de julho

A coordenação Estadual dos Empregados da Caixa Econômica Federal realiza no dia 25 de julho, das 9h às 18 horas, um congresso na sede da Federação Estadual dos Bancários, em Porto Alegre.

A organização do congresso informa que os sindicatos devem realizar assembleias para escolher os delegados até o próximo dia 17. As inscrições deverão ser confirmadas até 21 de julho diretamente na Federação.

A eleição de delegados será feita mediante uma única assembleia por base sindical, sendo proibida a eleição em mais de um local. As entidades que não marcaram assembleias a coordenação se encarregará de suas realizações.

A fórmula de cálculo do número de delegados de cada sindicato é de um por 50 funcionários ou fração superior a 25, calculando separadamente ativos e aposentados e somando o resultado no final, garantindo, no mínimo, um por unidade da Caixa Federal.

Fone: (054) 223.2166

Voz do Bancário

Fax: (054) 223.2405

Publicação do Sindicato dos Bancários de Caxias e Região

Base Territorial: Caxias do Sul, Antonio Prado, Canela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Nova Petrópolis, São Marcos, Veranópolis, Picada Café, Ipê, Nova Roma e Nova Pádua.

Sede: Rua Borges de Medeiros, 574. Caxias do Sul - RS e-mail: seebcxs@visão.com.br

Conselho Editorial: Diretoria do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região

Edição: Michielin Comunicação e Propaganda/Leonardo Michielin (054) 214.4779

Fotolito e Impressão: Art & Gráfica **Tiragem:** 2.400 jornais **Edição:** Julho de 1998

Fundado em 24 de outubro de 1935

Continua campanha para manter Banrisul como patrimônio estadual

Bancários foram à Câmara de Vereadores de Caxias e relataram situação do Banco

Foto M.C- Junho/1998

As atividades da campanha em defesa do Banrisul continuam em todo o Estado.

Em Caxias do Sul ocorreram manifestações em frente a agência centro no dia dez de junho. Na mesma data, vários dirigentes e delegados sindicais do Banrisul participaram de um seminário na sede do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região.

No mesmo dia, dez de junho, os bancários participaram da Tribuna Livre durante sessão da Câmara de Vereadores de Caxias, onde reafirmaram o desejo de que o controle do Banrisul seja mantido pelo Estado e que



Defesa do Banrisul foi debatida na Câmara de Caxias

não seja repassado a iniciativa privada como deseja o Governador Antonio Britto. Em Caxias ocorreu a confirmação da Emenda Constitucional, que impede qualquer possibilidade de venda do Banrisul.

A região Sul também está unida para evitar a venda do patrimônio de todos os gaúchos para as empresas privadas. Em 20 de junho, o Sindicato dos Bancários de Pelotas realizou um seminário na Escola Técnica Federal.

FRASES

Telecomunicações

"Comprem as empresas de telecomunicações brasileiras agora, que daqui a dois ou três anos vocês poderão revendê-las por duas ou três vezes os preços pagos agora", afirmou na edição do dia 12 de junho, no Jornal O Estado de São Paulo, José Pio Borges, diretor de privatizações do BNDES, durante encontro em Nova York com vários investidores internacionais interessados.

Banestado

"O acordo de privatização do Banestado vai inviabilizar as finanças do Paraná em pouco tempo", diz o deputado petista Ângelo Vanhoni.

Banco Inglês recebe recursos públicos e provoca mais desemprego

O HSBC assumiu a parte rentável do banco Bamerindus equivalente a R\$11,3 bilhões no dia 26 de março de 1997. Para viabilizar esta operação o Governo Federal autorizou a utilização de R\$5,821 bilhões do Proer.

O HSBC pagou R\$ 380 milhões pela clientela, nome, marcas e outros valores intangíveis, além de escolher os melhores ativos do banco, tendo ainda um prazo para devolver os que eventualmente apresentassem problemas. O valor pago não foi transferido ao Banco Central, ficou depositado no próprio HSBC remunerado pela TR mais 6% ao ano por um período de sete anos.

Além disso, o HSBC ficou liberado por dois anos de aplicar no setor imobiliário parte dos recursos captados na poupança, como é a obrigação dos demais bancos.

Antes de transferir ao HSBC a parte rentável do Bamerindus, o Banco Central realizou um monitoramento no banco durante muito tempo. Neste período, com a anuência do BC, ocorreu a demissão de 5.177 funcionários, fechadas 165 agências e 211 postos de atendimento bancário e a presença em 951 municípios foi reduzida para 812. Tudo isso foi feito para "enxugar" o Bamerindus e torná-lo mais atraente ao HSBC.

O HSBC assumiu, então, os melhores ativos, a carteira operacional com inadimplência zero e uma rede de agências redimensionada, bem como um quadro de funcionários reduzido, que representa a menor média de empregado por agência entre os grandes bancos nacionais. Apesar disso, trabalhar no banco não tem sido muito fácil.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ELEIÇÃO DE DELEGADOS SINDICAIS DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Divulgamos, para os devidos fins, que as eleições de Delegados Sindicais, de todas as unidades da Caixa Econômica Federal vinculados ao Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Caxias do Sul e Região, serão realizadas entre os dias 22 e 30 de junho de 1998, nas próprias unidades, tendo como candidatos aptos todos os empregados sindicalizados da unidade. O mandato dos novos Delegados Sindicais eleitos é pelo período de primeiro de julho de 1998 até 30 de junho de 1999. Cópia deste edital deve ser afixada no mural da unidade da Caixa Econômica Federal.

Caxias do Sul, 12 de Junho de 1998

Pela Diretoria Colegiada:

Arquimedes V. de Rocco
Coordenador
Movimentos Sociais

Ademar Henrique Bellini
Coordenador
Secretaria de Formação

Brasil precisa resolver a triste miséria social do Nordeste

Problema da seca nordestina tem que ser enfrentado pela sociedade brasileira

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais(Inpe), alertou o Governo Federal em outubro de 1997, sobre os efeitos que o fenômeno El Niño provocaria no Brasil: fortes enchentes no Sul e estiagem prolongada no Nordeste. Mesmo assim, Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), o Departamento Nacional de Obras contra a Seca(Dnocs) e o Ministério do Meio Ambiente, órgãos com atribuições de prevenir e combater os fenômenos naturais, não usaram o total de recursos disponíveis no orçamento.

Os reduzidos recursos e a falta de continuidade administrativa e política no tratamento da seca têm impedido que se encontre solução para o problema, que

atinge 1.209 municípios com perda de 2,3 milhões de toneladas de grãos, estimados em R\$4,7 bilhões, o que representa 5% do Produto Interno Bruto do Nordeste. Enquanto isso, os 9,6 milhões de brasileiros flagelados sobrevivem da fé, da esperança e das doações enviadas pelos demais estados do Brasil. De outro lado, estoques de alimentos ficam amontoados em armazéns do Governo Federal, por falta de organização das comissões para distribuir os alimentos, e o presidente Fernando Henrique Cardoso reclama dos custos para transportar as doações.

Apesar da previsão de meteorologistas do Inpe de que o fenômeno El Niño provocaria seca no Nordeste as verbas destinadas pelo Gover-

foram reduzidas em 1998.

A Sudene conseguiu autorização de gastos orçamentários de cerca de R\$232 milhões, mas gastou apenas R\$157,8 milhões, o que significa 68,02% do que dispunha.

Para este ano, o Governo reduziu a verba em R\$21,6 milhões. O Dnocs, que dispunha de R\$ 103,1 milhões, gastou 57,13%, ou seja, R\$ 58,9 milhões.

O deputado Federal Haroldo Lima(PC do B-BA), argumenta que a política de privilégios para especuladores desenvolvida pelo Governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, obriga órgãos e autarquias a não gastarem os recursos que dispõem para produzir superávites e destinar as sobras ao pagamento de juros da dívida pública.

AUMENTA O PROBLEMA DE HORAS EXTRAS EM BANCOS

O crescimento da quantidade de horas-extras que os trabalhadores bancários estão sendo submetidos é um fato inegável.

Até pouco tempo, os bancos privados é que deixavam de pagar as horas-extras devidas aos bancários. Mas nos últimos anos a situação está afetando, também, os bancários que trabalham em bancos estaduais e federais.

As tentativas frequentes dos bancos em procurar compensar o número de horas-extras trabalhadas por horas de folga representam uma arbitrariedade dos empregadores, pois esta modalidade de compensação depende da exclusiva autorização do Sindicato dos Bancários.

Esta realidade existe de forma rotineira no Banco do Brasil, na Caixa Econômica Federal e, no Estado, no Banrisul.

O fato é mais preocupante ainda porque existe um acordo assinado entre a Confederação Nacional dos Bancários e a Fenaban, que estipula o funcionamento do banco de horas, que vem constantemente sendo desrespeitado pelos empregadores. Existem casos em que os gerentes submetem em dias de grande movimento os funcionários até 16 horas de trabalho, sem marcar horário de entrada e saída do serviço. Apesar de os bancos aumentarem o preço das tarifas, a população recebe mau atendimento todos os dias.

Chapa 3 vence eleição na PREVI

A Chapa 3 Pluralidade e Transparência venceu as eleições na Previ, recebendo um total de 75.817 votos em todo o País, dos quais 6.943 somente no Rio Grande do Sul.

O resultado final da eleição nacional para escolher a nova direção da PREVI confirmou a chapa três com 41,10% dos votos em relação as demais quatro chapas que também disputaram a eleição, realizada no período de 18 a 22 de maio.

Diretoria - A composição da nova diretoria da PREVI ficou assim constituída: Henrique Pizzolato, diretoria-executiva; Valmir Camilo e Paulo Trapp, Conselho Deliberativo; Gilberto Santiago, Suelli Berselli, Fernando Amaral e Ivan Kardec Franco, suplentes do Conselho Deliberativo; Constâncio Fonseca, Aderaldo da Costa e Hamilton Garcez; Suplentes do Conselho Fiscal: Antonio Ried, Carlos Serrano,

e Josenilton Rodrigues.

A diretoria do Sindicato dos Bancários de Caxias e Região estimulou o debate entre as chapas que manifestaram interesse de manter contatos com a categoria para divulgar o programa de trabalho. No resultado nacional a chapa um conquistou 27.209 votos, fazendo 37,97% dos votos válidos contra 31.150 votos da chapa três que recebeu 41,10% dos votos válidos em mais esta eleição.

Voz do Bancário

JORNAL DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE CAXIAS DO SUL E REGIÃO - ANO 14 NÚMERO:80
AGOSTO DE 1998 - FILIADO À CUT



Bancários deflagram campanha salarial

Defender o emprego é a principal bandeira de luta dos bancários nesta campanha de 1998

Durante o Encontro Nacional dos Bancários realizado em São Paulo foram aprovadas as principais reivindicações da categoria para a campanha salarial deste ano.

Em 1998 a principal bandeira de luta dos trabalhadores em estabelecimentos bancários do Brasil é a defesa do emprego.

Neste encontro, também foram definidas as estratégias de campanha salarial, além do calendário de atividades que serão desenvolvidas durante as negociações com a Fenaban, com data-base em primeiro de setembro.

REIVINDICAÇÕES DA CATEGORIA

- Garantia de emprego;
- Reajuste salarial de 7,7% para proporcionar a recomposição do poder de compra dos salários, que desde dezembro de 1994, de acordo com cálculos elaborados pelo ICV do DIEESE encontram-se totalmente defasados;
- Pagamento de produtividade de 14,8%;
- Participação nos lucros e resultados das empresas com distribuição para todos os bancários;
- Gratificação semestral;
- Auxílio para despesas educacionais;
- Intensificar a implantação para organizar melhor os locais de trabalho dos bancários;
- Defender a manutenção dos bancos públicos;
- Melhorar os cuidados com a saúde e condições de trabalho;
- Igualdade de direitos;
- Redução das tarifas bancárias para os clientes;

Sindicato dos Bancários pesquisa opinião de caxienses sobre mudança no horário

Durante aproximadamente duas semanas integrantes da diretoria do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e da Região foram as portas dos bancos para ouvir a opinião dos usuários e clientes sobre a mudança no horário que entrou em vigor desde o último dia 17.

A decisão da entidade foi adotada depois que a Federação Nacional dos Bancos decidiu reduzir em uma hora o atendimento externo. Desde 17 de agosto que as agências bancárias passaram a prestar o atendimento externo para a população a partir das onze horas, encerrando as 16 ho-

ras. Para Pedro Incerti, da diretoria do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região, esta pesquisa deveria ser realizada pelos próprios bancos para saber qual a opinião da população caxiense. Segundo Incerti, esta é mais uma prova da falta de respeito à população pelos bancos que somente se preocupam em cobrar cada vez mais taxas e não garantem qualidade no atendimento. A pesquisa, realizada de 30 de julho a onze de agosto, foi divulgada durante entrevista coletiva. Mais informações na página 3 do Jornal Voz do Bancário.

Caravanas dos bancários fortalecem defesa do emprego

As caravanas de bancários estão percorrendo o Rio Grande do Sul para divulgar a Campanha Nacional em Defesa do Emprego, organizar a categoria para a Campanha Salarial de 98 e envolver a comunidade gaúcha no movimento em defesa do Banrisul.

Várias caravanas já foram organizadas e passaram por várias cidades do Estado divulgando as propostas dos trabalhadores através da Federação dos Bancários do Rio Grande do Sul. Entre as cidades visitadas estão Canoas, São Leopoldo, Taquara, Passo Fundo, Novo Hamburgo e Montenegro. Em agosto a caravana dos bancários passou também

Caxias do Sul, quando no dia 17 de agosto realizou várias manifestações em frente aos bancos com a participação de bancários de várias cidades da região de abrangência do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e da Região.

Sempre acompanhando a caravana dos bancários está o grupo teatral Plantão Cênico. A diretoria da Federação dos Bancários do Rio Grande do Sul, Neuza de Azevedo, diz que o objetivo é mostrar que o desemprego é o resultado mais imediato da política perversa que foi adotada pelo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, que reduziu postos de trabalho.

Funcionários do Banco do Brasil querem reajuste de 30%

Na primeira quinzena de agosto, funcionários do BB decidiram pedir 30,3%

Duzentos e vinte e quatro representantes do Banco do Brasil participaram do Congresso Nacional realizado na primeira quinzena de agosto na capital do Estado de São Paulo.

O funcionalismo do Banco do Brasil decidiu pedir reajuste salarial de 30,3%. Eles adotaram como base de cálculo para encaminhar as reivindicações o índice do ICV do Departamento Intersindical de Estudos Sócio Econômicos desde setembro de 1994.

A minuta de reivindicações

do Banco do Brasil deve acompanhar o mesmo eixo da campanha nacional dos bancários, incluindo algumas reivindicações específicas.

As principais metas dos trabalhadores no BB são: garantia de emprego, produtividade de 14,8%, reajuste salarial de 30,3%, lutar contra a privatização do Banco do Brasil, recuperação do PCS, e cumprimento da jornada de trabalho.

Entre as estratégias adotadas pelo Congresso es-

tão o fortalecimento desta instituição financeira dos brasileiros, construída com muita dedicação.

Os funcionários do Banco do Brasil anunciam, também, a promoção de duas campanhas de Norte ao Sul do País para mostrar as dificuldades enfrentadas pela categoria. Nesta decisão do congresso está prevista uma campanha contra o trabalho gratuito e outra contra a privatização da própria instituição financeira que auxiliou o desenvolvimento nacional.

CUT está com Lula e Brizola

Por considerar que a candidatura de Lula/Brizola é a expressão de uma ampla unidade de todas as forças sociais que se opõem ao projeto neo-liberal e porque concretiza um projeto alternativo democrático popular de desenvolvimento econômico, de justiça e inclusão social, a Executiva Nacional da Central Única dos Trabalhadores expressou seu apoio à Frente União do Povo-Muda Brasil.

A candidatura de FHC é, de acordo com a Executiva da CUT, responsável pelo elevado índice de desemprego, sucateamento e desnacionalização da economia e da continuidade de um Governo marcado pelo descaso com as políticas sociais e ataque aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras e suas organizações.

Para a maior central sindical do país, a indicação da candidatura, que representa a melhor opção para os nossos interesses, é dever sindical da CUT, sem significar nenhum atrelamento a partidos políticos, nem abdicação da sua independência frente ao Estado e ao patronato.

A autonomia, diz a Central Única dos Trabalhadores em sua nota à sociedade, é um valor permanente para a Central Única dos Trabalhadores, a CUT.

Empregados da Caixa Econômica reivindicam aumento salarial de 34,71%

O Décimo Nono Congresso Nacional dos Empregados da Caixa Econômica Federal, realizado entre os dias 13 e 15 de agosto em São Paulo, definiu os principais eixos da campanha salarial deste ano. Dentre eles, o reajuste salarial de 34,71%, retroativo a setembro de 1997 e com resíduo a partir de setembro de 1994, de acordo com o ICV do Departamento Intersindical de Estudos e Estatística Sócio-Econômicas, produtividade de 14,8%, PLR, fim do banco de horas e pagamento imediato das horas extras pendentes. Além disso, serão reivindicados direitos iguais entre os atuais empregados e os novos concursados, extensão aos aposentados (FUNCEF, PRENHAB E PMPP) dos abonos concedidos aos empregados da ativa e do auxílio-alimentação, combate ao novo regulamento do plano de benefícios da Funcef (REB), gestão partitória da Funcef, incluindo representação dos empregos nos Conselho de Administração e resgate do Direp.

Os 307 delegados presentes no evento aprovaram um calendário da campanha, que prevê até 25 de agosto a entrega da pauta de reivindicações ao banco. Negociação nos dias 9 e dez de setembro, assembleias de base em dez de setembro. Já em onze de setembro deverão ser realizadas manifestações em todo o País. Para 19 de setembro serão promovidos encontros estaduais e 29 indicativo de greve por tempo indeterminado.

Fone: (054) 223.2166

Voz do Bancário

Fax: (054) 223.2405

Publicação do Sindicato dos Bancários de Caxias e Região

Base Territorial: Caxias do Sul, Antonio Prado, Canela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Nova Petrópolis, São Marcos, Veranópolis, Picada Café, Ipê, Nova Roma e Nova Pádua.

Sede: Rua Borges de Medeiros, 574. Caxias do Sul - RS e-mail: seebcxs@visão.com.br

Conselho Editorial: Diretoria do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região

Edição: Michielin Propaganda/Leonardo Michielin (054) 214.4779 e 977.3048

Fotolito e Impressão: Art & Gráfica **Tiragem:** 2.400 jornais **Edição:** Agosto de 1998

Fundado em 24 de outubro de 1935

Pesquisa do Sindicato revela: população de Caxias quer receber melhor atendimento nos bancos

Cerca de três mil pessoas foram ouvidas. Muitos querem atendimento das 9 às 17 horas

A diretoria do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região, ao realizar esta pesquisa de opinião para saber a avaliação dos caxienses sobre a redução de uma hora no atendimento nos bancos desde 17 de agosto foi prestar um serviço à população. Apesar de ser uma entidade de trabalhadores, a diretoria do Sindicato dos Bancários tem procurado, com isistência, defender os direitos legítimos que os usuários dos serviços bancários têm de receber um atendimento com mais dignidade.

Durante a pesquisa muitas pessoas apresentaram sugestões para melhorar o atendimento. Entre as principais sugestões estão a contratação de mais caixas pelos bancos, multas para as agências que prestam mau atendimento e punição aos bancos que obrigam muitos usuários a perderem tempo precioso nas filas.



Grupo teatral Plantão Cênico foi aos bancos de Caxias

Resultado da Pesquisa sobre horário bancário em Caxias do Sul

Total de entrevistados.....	2.756
Concordam com horário dos bancos.....	56
Escolheram horário das 10 às 16 horas.....	678
Sugerem horário das 9 às 17 horas.....	1.734
Não responderam.....	27
Não concordaram. Sugeriram outros horários.....	261

Trabalhadores promovem Marcha dos Sem

No final de julho vários sindicatos de trabalhadores do Rio Grande do Sul participaram da Marcha do Sem, realizada em Porto Alegre. Com participação de aproximadamente 20 mil pessoas, o movimento reivindica melhorias nos serviços de saúde e educação, além de protestar por mudanças nas áreas de política agrícola, emprego, moradia e reforma agrária.



Em Porto Alegre, o protesto reuniu milhares de trabalhadores

PFL quer privatizar Petrobrás, Previdência e Banco do Brasil

O Partido da Frente Liberal apresentou na primeira quinzena de agosto propostas para o plano de governo de seu candidato Fernando Henrique Cardoso. A imprensa registra como principal meta do PFL a privatização radical da Previdência, como destaca a Folha de São Paulo.

A proposta extingue o Instituto Nacional de Seguro Social e apresenta, também, como sugestão que o trabalhador deve pagar a uma empresa privada para garantir a sua aposentadoria.

Mas quem revelou a verdade das propostas foi o Jornal da Noite, da TV Bandeirantes. O presidente do PFL, Jorge Bornhausen, durante entrevista assume:

"Queremos a privatização da Previdência Social, da Petrobrás e do Banco do Brasil".

A declaração chegou a causar constrangimento em todos os presentes e foi abafada pela imprensa a pedido do Palácio do Planalto. Fernando Henrique Cardoso chegou a declarar, via assessoria de imprensa, que a Petrobrás não pode ser privatizada. Todavia, não fez nenhuma referência a privatização do BB..

Bancários realizam campanha na tentativa de manter empregos

A cada ano que passa aumenta o número de bancários ficam desempregados. Apesar de os bancos cobrarem diariamente cada vez mais taxas o número de funcionários que perdem o emprego aumenta em todo o País. Somente o Banco do Brasil apresenta um desempenho de R\$415 milhões de rentabilidade sobre o patrimônio líquido, o que atesta crescimento de 13,6% nos lucros. No Bradesco, a rentabilidade sobre o patrimônio líquido foi de R\$ 431 milhões, representando 14,58% de lucro. Outro banco privado que não deixa por menos o seu desempenho no mercado financeiro é o Itaú. O banco fechou o último balanço com rendimento de 19,85%, com base no volume de R\$ 394 milhões. Todos os desempenhos dos bancos citados nesta matéria são referentes ao primeiro semestre de 1998 e com rentabilidade atualizada.

Número de Empregados no setor bancário no Brasil

31 de dezembro Número de Bancários Redução por ano

1994	642.918	
1995	558.691	84.227
1996	497.109	61.582
1997	463.330	33.779

* Nos últimos três anos foram fechados 179.558 postos de trabalho durante o Governo do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.



No dia 17 de agosto a Caravana dos Bancários percorreu as ruas de Caxias do Sul para divulgar a Campanha Salarial, agitou o centro de Caxias do Sul, com passeata pelas ruas, panfletação, apresentação de teatro e manifestações nas principais agências bancárias; contra o desemprego, redução do horário de atendimento dos bancos, o trabalho gratuito e a política neoliberal pelos governos Britto e Fernando Henrique Cardoso.

Entenda o percentual de reposição salarial de 7,7%

O índice de reajuste salarial a ser reivindicado pelos bancários durante esta campanha salarial deste ano está estimulado em 7,7%. Parte deste reajuste - 2,93% - corresponde a inflação medida através do Índice do Custo de Vida previsto pelo Dieese para o período de setembro de 1997 a agosto de 1998.

A outra parte - 4,63% - corresponde à diferença que teria de ser repassada aos salários para recuperar seu poder de compra.

O ICV do Dieese que foi acumulado de setembro de 1994 a agosto de 1997, antes do último reajuste salarial, foi de 58,24%. Já os reajustes da categoria no período somaram apenas um índice de 51,24%.

A diferença é calculada da seguinte forma: 1,5824 dividido por 1,5124 = 1,0463 (ou 4,63%). Essa diferença, acrescida dos 2,93% de inflação nos últimos doze meses, compõe o reajuste total que está sendo reivindicado, que é de 7,7%. Calcula-se assim: (1,0293 x 1,0463).

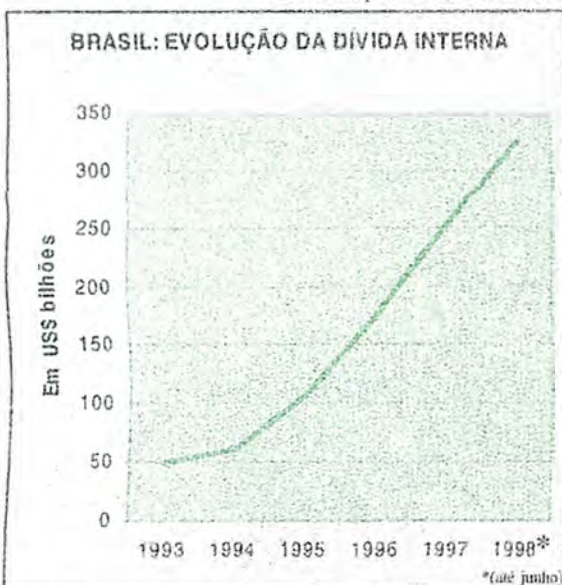
FHC LEVA ECONOMIA AO COLAPSO

Desvela-se a crise da economia brasileira, a maior desde a II Guerra Mundial, responsabilidade da política econômica do atual governo Fernando Henrique Cardoso, o qual passou os dois últimos anos preocupado apenas com a sua reeleição, seu imobilismo e miopia frente à crise terá um custo incalculável para a sociedade brasileira, especialmente para os trabalhadores. Sub-meteu o Brasil à política neoliberal - apesar de não ter dado certo em nenhum país que a adotou - e apostar no mercado e em sua "mão invisível", como panacéia para todos os males do país. Agora coloca a culpa no mundo, após subordinar o País às finanças globais. Desde o início de agosto até o dia 21 de setembro, a fuga de capitais já atingiu o valor de US\$ 28,6 bilhões, baixando as reservas internacionais do Brasil para menos de US\$ 45 bilhões. Empurrou os juros para o espaço, a uma taxa de 49,75%, inferior somente aos da Rússia, para tentar estancar a hemorrhagia da fuga de capitais e salvar a moeda. Estas são medidas desesperadas, que provocarão efeitos catastróficos imediatos sobre as já deterioradas contas públicas, tornando impossível a administração da política fiscal. O crédito público e privado estão praticamente destruídos. A atual crise financeira do Brasil segue o mesmo padrão das que sacudiram o Chile em 1981, a Europa em 1991, o México em 1994, melhor discípulo do FMI, modelo da "única via a seguir", exemplo de ortodoxia e o sudeste asiático em 1997. É o que se chega a conclusão ao ler o relatório da Unctad - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento - órgão das Nações Unidas (ONU). "A liberalização das contas de capital e a desregulamentação financeira, parecem ser os melhores indicadores de futuras crises aos países em desenvolvimento", diz o relatório no capítulo intitulado "Anatomia das crises no período pós-Bretton Woods." Ao lado destes pontos, a es-

tabilidade da moeda e as altas taxas de juros oferecidas pelos países ditos emergentes, geraram tanto a afluência de capitais como as rápidas saídas verificadas du-

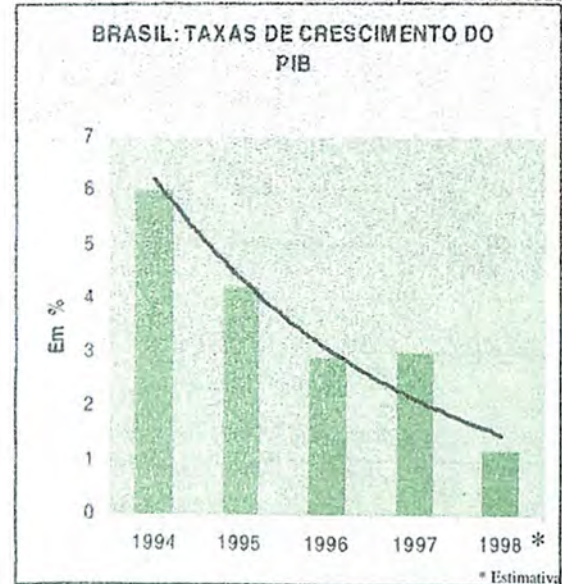
hington, aplicou o receituário recomendado pelo mesmo, a exemplo de outras nações dominadas da economia mundial: dolarização da economia, câmbios fixos, liberalizações de mercados, multiplicou as privatizações selvagens, políticas de cortes de despesas sociais, desregulamentação e flexibilização do mercado de trabalho. Com isso o país passou a conviver com o seu maior nível de desemprego nos últimos 100 anos - no setor bancário foram fechados neste governo 200 mil postos de trabalho - aumenta os desempregados de larga duração, cresce a instabilidade, os contratos temporários. Alguns economistas já admitem crescimento negativo do PIB para o ano que vem. A crise do Brasil já vem sendo tratada em toda a imprensa internacional já algum tempo. As restrições de ordem eleitoral parecem prevalecer sobre a emergência econômica. Neste caso para evitar medidas impopulares antes das eleições do início de outubro, as medidas que serão necessárias tomar diante da dimensão e características desta crise, serão ainda mais duras do que as que seriam necessárias caso fossem adotadas desde o início. Após as eleições o governo abrirá o seu *saco de maldades* sobre os trabalhadores: mais aumento de impostos, "reforma" da previdência, ou seja, redução de direitos, privatização da mesma, diminuição do valor das futuras aposentadorias; menos verbas para os estados e municípios; suspensão de projetos de investimento do programa Brasil em Ação, privatização radical, inclusive Petróbras e Banco do Brasil. O governo do Presidente Cardoso, já está de pires na mão junto a organismos internacionais: FMI, G-7, implorando resgate para o colapso econômico em que colocou o Brasil, causado justamente por ter seguido à risca as orientações destas organizações. A continuidade da volatilidade da economia mundial deve tornar o ajuste no Brasil ainda mais longo e penoso.

Elaborado a partir de dados da FGV e BC



rante as crises assinala o relatório. O próximo passo, uma hipótese cada dia mais plausível é a desvalorização cambial e a formalização de uma moratória da dívida externa. O festejado Plano Real, síntese da

Elaborado a partir de dados do IBGE



estabilização monetária e da enorme acumulação de capital nos últimos anos, aproxima-se do seu juízo final. O presidente Cardoso, integrante do Consenso de Was-

Pensamento Único

Luis Fernando Verissimo

Aos poucos, o Pensamento Único vai tomando conta da nação. Com a reeleição do Éfe Agá, completará sua ocupação das nossas mentes e almas. O Pensamento Único dispensa a truculência de um poder totalitário. Em vez de ameaça de Gestapo na porta ele usa a suavidade do inevitável, com sua sorridente cara social-democrata e seu coração de pedra. É tudo perfeitamente moderno e demo-crático. Mas você devia ouvir

as histórias que correm no meio jornalístico, sobre as pressões de anunciantes e de Brasília para manear as críticas e controlar a resistência ao Pensamento Único. Isso quando a imprensa precisa de pressões para exercer a sua vocação oficialista e sua adesão entusiasmada ao Pensamento Único. Nunca se viveu um clima parecido de prepotência. Salvo, claro, quando a Gestapo na porta era de verdade. Zero Hora 30/8/98

Folha Bancária/SP



Expediente

Voz do Bancário

Publicação do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região - Filiado à CUT - Base territorial: Caxias do Sul, Antônio Prado, Canela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Ipê, Nova Pádua, Nova Petrópolis, Nova Roma do Sul, Picada Café, São Marcos e Veranópolis.
Sede: Rua Borges de Medeiros, 574 - Caxias do Sul - RS - Fone (054) 223.2166 - Fax (054) 223.2405.
E-mail: cebexs@viação.com.br

Conselho Editorial: Diretoria do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região

Editoração Eletrônica: Alexandre Matos

Fotolitos e Impressão: Art & Gráfica Ltda

Tiragem: 2.500 exemplares

Setembro 1998

Fundado em 24 de outubro de 1935

FRASES

“... dá para transformar todo mundo em rico, nem sei se vale a pena. Vida de rico, em geral, é muito chata.” Fernando Henrique Cardoso, na Favela Parque Royal, Rio, dia 29/08/98.

“Estamos trabalhando inicialmente sobre a mesma base de financiadores, mas muitas pessoas jurídicas que nos ajudaram não existem mais. Ou faliram ou foram absorvidas por outros grupos.” Luiz Bresser Pereira, ex-ouvidor de campanha de FHC, Jornal do Brasil 9/7/98.

“É por isso que ao olhar com a maior objetividade possível o desempenho do governo Cardoso, não há como não concluir que se trata do governo mais antinacional da nossa história republicana e o mais antipopular da nossa história pós-Revolução de 30.” José Luis Fiori, cientista político, Carta Capital, 2/9/98.

“O Fernando Henrique é o candidato da mídia.” Duda Mendonça, marqueteiro, no Entrevista Coletiva da TV Bandeirante.

“Um estadista se reconhece quando, diante de uma crise, toma em tempo as ações. E não segue a manada. Se ele faz o que manada faz, depois fica indignado quando os falções vêm. Estadista não é ser professor universitário. Competente é aquele que senta e toma decisões em defesa da nação. O que vemos é um show de arrogância, de atrapalhão, de confusão de ir a reboque do mercado até as últimas consequências.” Maria da Conceição Tavar, economista, revista Dinheiro, 16/09/98.

“E o Brasil entrando no FMI e o jornal Nacional: ‘Marmotas Travessas atacam os gramados dos Estados Unidos.’ Trouxeram o ataque especulativo pelo ataque das marmotas.” José Simão, Folha de S. Paulo, 20/9/98.

“Nos últimos anos, a burguesia financeira assumiu o poder político, e este é o fundo dos acontecimentos mais importantes na vida política, econômica e social brasileira. Os interesses próprios desse setor combinam-se com os dos investidores externos e exigem o pagamento, pelo Estado, de taxas de juros usúrias. É por isso que não se deve pensar nos juros como se fossem imposição externa, apenas. Quando vocês enfrentarem uma crise cambial no Brasil, podem apostar que a burguesia financeira brasileira será, também, a primeira a deslocar seus investimentos para fora do país.” François Chesnai, economista francês, na Revista da Adusp, julho/98.

The Daily Telegraph

A mídia brasileira ajuda a ocultar as notícias da crise

Por Philip Delves Broughton, Rio de Janeiro

O governo brasileiro conta com a ajuda da mídia para manipular as notícias sobre a crise econômica no Brasil.

A Globo, a mais poderosa rede de televisão brasileira, deu instruções ao seu pessoal sobre como lidar com a crise que ameaça o Brasil e a América Latina com uma profunda e prolongada recessão. Com as eleições marcadas para 4 de outubro, o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso busca restringir a discussão sobre o ataque ao real, a moeda brasileira, às elites de Brasília e de São Paulo.

A estratégia de Cardoso parece estar funcionando. Seu dilema, nos últimos dias, foi confirmar às instituições financeiras que ele implementará os impostos e as reformas no sistema previdenciário e no serviço público, necessárias para corrigir o enorme déficit público do Brasil, sem perder votos nas próximas eleições. Graças ao apoio dos meios de comunicação de massa para sua reeleição, ele está conseguindo, com êxito, transmitir sua mensagem para o mundo enquanto a maioria dos brasileiros fica às es-

curas sobre o seu futuro.

A ocultação da gravidade da situação econômica para os brasileiros, está prejudicando a oposição ao senhor Cardoso. Numa passeata no Rio, domingo passado, Luiz Inácio Lula da Silva, líder do PT e o principal candidato das oposições, tentou falar sobre a crise.

Ele vem tentando responsabilizar Cardoso como líder de uma classe dirigente (mandarins) cujo mundo é aquele dos grandes negócios e da economia internacional e não o do trabalhador e da dona de casa. No domingo, ele atacou o governo de Cardoso pela sua dependência ao capital internacional, dizendo que será a classe trabalhadora que sofrerá as consequências. As pesquisas, no entanto, indicam que Cardoso subiu um pouco na última semana em que os juros foram elevados e as reservas do Brasil se perdiam para os especuladores. Apesar dos ataques do Sr. Da Silva, o Sr. Cardoso é considerado o único capaz de conduzir o Brasil neste período de caos, embora seu governo seja o responsável por essa situação.

Há uma grande diferença na percepção da comunidade internacional e a da maioria

dos brasileiros sobre os caminhos para lidar com a crise. Os banqueiros e economistas estrangeiros vêem um governo tentando desesperadamente adequar a luta pela reeleição aos interesses do País. No Brasil, no entanto, há uma percepção de que Cardoso não é responsável pela situação econômica e Pedro Malan, seu ministro das finanças, pode anunciar uma colossal elevação da taxa de juros e cortes nos gastos públicos, como fez na semana passada, provocando escassos murmúrios de crítica. Nos últimos dias, o Brasil tem solicitado ajuda ao G7, ao FMI e a Washington para proteger o real. Malan pediu a Alan Greenspan, o presidente do FED, e a Robert Rubin, o Secretário do Tesouro, que abaissem a taxa de juros para conter a crise. Há também uma esperança de ajuda para a América Latina, com 15 bilhões para o Brasil.

Esta semana, se espera que o governo prometa mais cortes nas despesas para retransmitir ao mundo a mensagem de que o Brasil está sendo sério na diminuição de seu déficit fiscal.

Reportagem do jornal inglês *The Daily Telegraph* Londres, 16 de setembro de 1998.

Política e moral na "terceira via"

FHC passou batido pelas provas irrefutáveis da compra de votos para a sua reeleição — afora os financiamentos indiretos de sua campanha, com favorecimentos a banqueiros e empreiteiras, num negócio redondo de corrupção da democracia, em nada menos imoral do que os outros casos citados.

As modalidades de seus crimes diferem na forma, mas podem ser unificados, sob rubrica de privatização de bens públicos. São coadjuvadas pela complacência de grande parte da imprensa e pela corrupção (moral e por vezes material, já que cada conversão ao governo se acompanha de cargos, financiamentos, etc.) de parte da intelectualidade, por adesão ou silêncio.

No caso brasileiro, a farsa da "terceira via" chega ao escárnio. FHC representa a "segunda via", o neoliberalismo, as políticas de

desregulamentação, a mercantilização da vida, a direita renovada — não uma alternativa a ela.

Afinal, onde está a direita? Em que palanque estão ACM, Maluf, Marco Maciel, Roberto Campos, Dornelles? A direita está totalmente unificada em torno de FHC, que reúne a elite empresarial brasileira (banqueiros, empreiteiras, grandes monopolistas privados e especuladores, latifundiários e grandes órgãos da imprensa), sem falar o apoio do FMI, do Banco Mundial e dos EUA. A semelhança com Clinton está até em aquele ter dito que fumou maconha, mas não trágou, enquanto FHC acusa o MST de envolvimento com maconha, mas não prova nada.

É uma via alternativa em relação à esquerda, isso sim. Em relação aos movimentos sociais, sindicatos e intelectuais indepen-

dentes, às universidades, às comunidades religiosas, ao MST, aos jornalistas isentos, aos estudantes. Em relação aos defensores dos direitos humanos e sociais; aos que defendem mais e não menos democracia para o país; aos que querem a reforma agrária, a democratização do Estado, a socialização do poder e não sua privatização; aos que desejam punição dos crimes no campo e na cidade; aos que desejam um governo dos trabalhadores, que represente os pobres da cidade e do campo, maioria esmagadora do país; aos que defendem uma política intrinsecamente vinculada à ética; aos que lutam por uma sociedade solidária, que inclua todos, e não por mais um governo dos ricos, em qualquer via que seja.

Emir Sader, professor de sociologia. Trechos de artigo publicado na Folha de S. Paulo de 28 de agosto de 1998.

Britto liquida patrimônio público

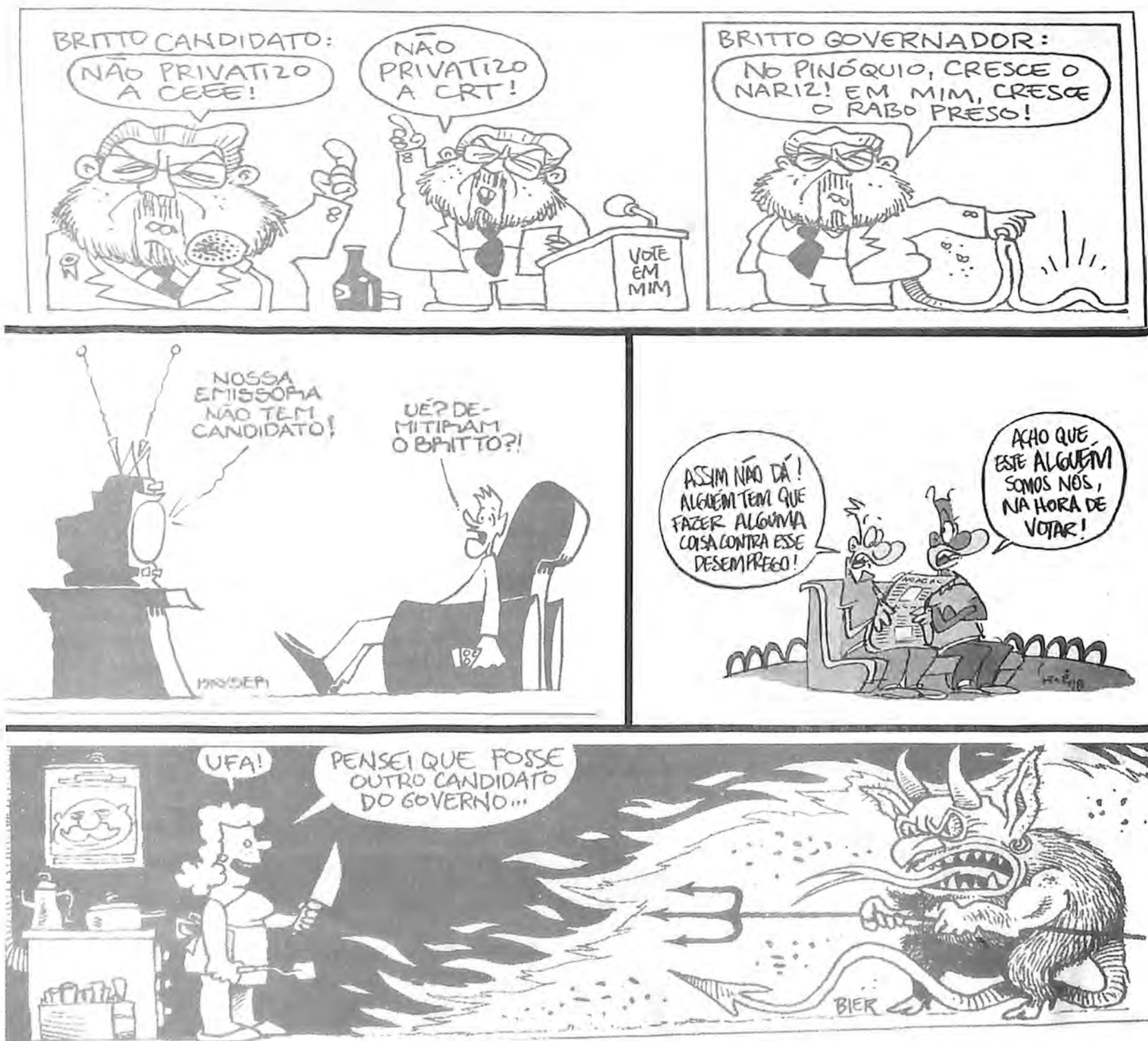
O governador Antonio Britto, seguindo uma política ultraliberal, assumiu o compromisso de vender o Banrisul, em 18 meses, conforme a cláusula quarta, parágrafo segundo do Contrato do PROES (Programa de Incentivo à Redução da Atividade Bancária. Também vai vender a última parte da CEEE (companhia Estadual de Energia Elétrica), conforme o Contrato de Renegociação da Dívida do Estado do Rio Grande do Sul). Pretende privatizar a CORSAN, SULGÁS, PROCERGS, esta com

data já definida para o quarto trimestre deste ano e a CRM, conforme a cláusula 18ª do referido contrato. Também Antônio Britto se compromete com a privatização do IPE (entrega da gestão do Instituto à iniciativa privada) e a alienação das ações da CEEE e da CRT que ainda estão nas mãos do estado. Já foram vendidas no governo Britto a CRT, cujo controle foi assumido pelo capital estrangeiro através das empresas Telefónica de España, Portugal Telecom Iberdrola e Banco Bilbao

Vizcaya. A Cia. Centro-Oeste Distribuição de Energia Elétrica, foi adquirida pela norte-americana AES, e a Cia. Norte-Nordeste de Distribuição de Energia Elétrica, 33,3% VBC Energia (Votorantim, Bradesco) e 33,3% pela norte-americana CES (Community Energy Alternative).

O atual governador vendeu a Cia. de União de Seguros Gerais para o Bradesco, a Caixa Econômica Estadual foi transformada em banco de fomento e a Cohab foi extinta.

HUMOR



Desnacionalização da economia brasileira

A participação de grupos estrangeiros na economia brasileira tem se acentuado grandemente nos últimos quatro anos, assumiram o controle de mais de 700 empresas nacionais através de aquisições e fusões, não existe setor que não aumentou a participação das multinacionais. O programa de privatização do governo tem sido uma porta de entrada do capital estrangeiro: telecomunicações, transportes, energia elétrica.

Nossa economia está tornando-se vulnerável a invasão do capital alienígena. Adquirir empresas é a forma mais rentável para o investidor estrangeiro entrar no Brasil. Sob

diversos aspectos é melhor do que começar do nada. O estrangeiro elimina um concorrente, o processo é mais rápido e o risco do negócio não dar certo quase inexiste. O objetivo dos adquirentes das empresas nacionais não é exportar mas sim disputar nosso mercado interno. A internacionalização do parque industrial brasileiro custará caro, ao país, no futuro com a remessa de lucro, dividendos e pagamentos de royalties, dolares que sairão do país pelo resto da vida. As políticas de desnacionalização de nossa economia, no atual governo de Fernando Henrique Cardoso são explícitas: entrega de

patrimônio público e a venda de empresas nacionais ganharam impulso. No setor bancário a participação dos grupos estrangeiros cresceu para 25% do total. Dinheiro público do PROER foi usado para sanear bancos nacionais para serem transferidos depois a grupos de fora. Nenhum país desenvolvido, na prática, permite que seus maiores bancos sejam comprados por estrangeiros. Na França, o ministro da Economia e Finanças, negou autorização de venda a Orangina, marca de refrigerante francesa, a mesma ia ser adquirida pela Coca-Cola.

CONGLOMERADO BANCÁRIO

ALVO

Banco Real
Banco Bamerindus
Banco Multiplic
Banco Excel Econômico
Banco Garantia
Banco Noroeste
Banco Bandeirantes (Banorte)
Banco América do Sul
Banco Boavista
Banco Geral do Comércio
Banco Sogeral
Banco ABC Roma
Banco Fenícia
Banco Irmãos Guimarães
Banco Grande Rio
Banco SRL
Banco Graphus
Banco Mappin
Banco Omega

COMPRADOR

ABN Amro Bank
Hong Kong Shanghai Bank
Lloyds Bank
Banco Bilbao Vizcaya
Credit Suisse First Boston
Santander
Caixa Geral de Depósitos
Banca Commerciale Italiana
Espírito Santo e Crédito Agrícola
Santander
Société Générale
Arab Banking Co.
American International Group
Morgan Grenfeld
Deutsch Sudamerikanische Bank
American Express Bank
Robert Fleming
General Electric Capital Co.
Swiss Bank Corporation

PAÍS

Holanda
Reino Unido
Reino Unido
Espanha
Suíça
Espanha
Portugal
Itália
Portugal/França
Espanha
França
Bahrain
EUA
Alemanha
Alemanha
EUA
Reino Unido
EUA
Suíça

ANO

1998
1997
1997
1998
1998
1998
1998
1998
1997
1997
1997
1997
1997
1997
1997
1996
1997
1997
1997

GM e Ford entram com o nome e o povo gaúcho com o dinheiro

A General Motors e a Ford estão ganhando duas fábricas do governo Britto. Foi antecipado em março de 97 a GM, antes mesmo de começar a instalação da fábrica em Gravataí, um empréstimo de R\$ 253,3 milhões, mais isenções e privilégios fiscais até o ano 2025. O financiamento do estado para a GM é a juros de 6% ao ano, sem correção monetária, cinco anos de carência e dez anos para pagar. O governo está implantando toda a infra-estrutura exigida pela multinacional operar: estradas, portos, canais desapropriação do terreno e terraplanagem, o relatório técnico dos auditores do Tribunal de Contas do Estado sobre a negociação do governo com a GM conclui que

o Estado, "contribuiu com recursos públicos na formação do patrimônio privado da GM." O complexo automobilístico da Ford, em Guaíba, está orçada em US\$ 750 milhões, a multinacional afirmou que do total US\$ 550 milhões serão financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a uma taxa de juros 15% ao ano. Os outros US\$ 200 milhões serão repassados pelo governo gaúcho através do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A (Banrisul) a uma taxa de juros de 6% ao ano. O governo do Estado garantirá as duas montadoras recursos para capital de giro, com recursos orçamentários, durante 15 anos no valor estimado para as duas multinacionais no valor

de R\$ 2,7 bilhões. Número de empregos diretos a serem criados, na General Motors: 1.300 e na Ford 1.500 postos de trabalho.



Movimento Sindical apóia Lula/Brizola

Em dois atos, o primeiro dia 31 de julho, em São Paulo, e o segundo dia 25 de agosto, em Brasília a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Central Autônoma dos Trabalhadores (CAT), a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), a União Sindical Independente (USI) e 20 confederações ligadas à Coordenação Confederativa dos Trabalhadores (CCT), se aliaram à candidatura de Luiz Inácio da Silva, pela chapa **União do Povo Muda Brasil**, formada pelos partidos PT, PDT, PSB, PcdB e PCB. Nas duas oportunidades a candidatura Lula/Brizola à Presidência da República, recebeu apoio decisivo da classe trabalhadora. Atos inéditos na história do movimento sindical registraram a unidade desse segmento organizado da sociedade para eleger Lula presidente. O primeiro ato teve a presença de quase dois mil sindicalistas que, juntos, representam 30 milhões de trabalhadores de todo o país; no segundo evento consolidou o compromisso das entidades do sistema confederativo com a chapa União do Povo Muda Brasil. Cerca de 500 dirigentes sindicais e 20 confederações nacionais estive-

ram presentes. Na reunião de São Paulo, Lula recebeu de José Calixto Ramos, coordenador da CCT, um documento contendo as opiniões do movimento sindical sobre temas como economia, política de geração de empregos, direitos do trabalho, salário mínimo, reformas administrativa e previdenciária.

O manifesto, que foi transformado em carta compromisso, apresenta as críticas da classe

trabalhadora à gestão de Fernando Henrique Cardoso, bem como sugestões para cada uma daquelas áreas. Lula taxou de irresponsável um governo que não alerta a população sobre os riscos que o Brasil corre com a crise financeira. Emocionado com a receptividade das lideranças sindicais presentes, Lula ratificou seu termo de compromissos com as causas dos trabalhadores.

As melhores cabeças estão com Lula

No dia 14 de setembro intelectuais, estiveram no auditório da PUC de São Paulo em ato a favor da candidatura de Lula à presidência. Participaram Chico Buarque, o professor da USP e escritor Antônio Cândido, o advogado Márcio Thomaz Bastos, os atores Lélia Abramo, Antônio Grassi, Tássia Camargo, entre outros.

Foram divulgadas também as 100 primeiras assinaturas do manifesto "Lula presidente, um voto de esperança", que ao final da noite já contava com mais de mil adesões de intelectuais e artistas. Para o compositor e cantor Chico Buarque um governo de Lula seria importante porque priorizaria a área social.

Conselho Político – Dois dias depois, Lula anunciou também os nomes que vão compor o Conselho Político Nacional, da campanha e de um eventual governo. Entre as 42 pessoas que fazem parte há políticos, artistas, economistas e empresários. No lançamento estavam presentes o escritor Luiz Fernando Veríssimo, o candidato ao governo do Paraná Roberto Requião, o candidato a vice-presidente na chapa Lula, Leonel Brizola (PDT), a senadora Benedita da Silva, o arquiteto Oscar Niemeyer, o empresário Lawrence Pih, entre outros. Foram apresentados também 107 nomes que integrarão os conselhos nacionais temáticos nas áreas econômica, social, educacional e de ciência e tecnologia.

Veja quem vai ajudar Lula a governar

Conselho Político Nacional – Abbdias do Nascimento, Antonio Candido de Mello e Souza, Beth Carvalho, Caio Fábio, Carlyle de Macedo, Celso Antonio B. de Mello, Celso Furtado, Dalmo Dallari, Dom Mauro Moreli, Eros Grau, Frei Betto, Helgio Trindade, Herman de Assis Baeta, Hesio Cordeiro, João Amazonas, João Pedro Stédile, José Dirceu, Lawrence Pih, Leonardo Boff, Luciano Coutinho, Luis Pinguelli Rosa, Luiz Fernando Veríssimo, Manoel de Serra, Marcio Thomaz Bastos, Marco Antonio Rodrigues Barbosa, Maria da Conceição Tavares, Miguel Arraes, Neiva Moreira, Oded Grajew, Oscar Niemeyer, Oziris Lopes Filho, Paes de Andrade, Raimundo Faoro, Ricardo Capelli, Roberto Requião, Saumel Mac Dowell, Tânia Bacelar, Tarso Genro, Theotonio dos Santos, Valdir Pires, Vicente Paulo da Silva, Zuleide Farias de Mello.

Conselhos Nacionais Temáticos – Alceu Collares, Alexandre Cardoso, Almino Afonso, Aloisio Teixeira, Aloizio Mercadante, Anthony Garotinho, Antônio Brasil, Antonio Carlos Spis, Ariano Suassuna, Arlete Sampaio, Aziz Nacib Ab'Saber, Bayarde Boiteux, Benedita da Silva, Carlos Lessa, Carlos Luppi, Carlos R. de Siqueira Castro, Célio de Castro, Celso Daniel, Cristovam Buarque, Edmilson Costa, Edmilson Rodrigues, Edmilson Veras, Eduardo Calado, Eduardo Suplicy, Emília Fernandes, Emir Sader, Ezequiel Pinto Dias, Fernando Brant, Fernando Peregrino, Francisco Carrion Jr., Francisco Oliveira, Francisco Julião, Francisco Rossi, Guido Mantega, Heiguiberto Navarro, Hélio Bicudo, Heloisa Helena, Horácio Martins de Carvalho, Jackson Lago, Jacob Goreder, Jamil Haddad, João Antonio de Paula, João Capiberibe, João Maoel Cardoso de Mello, João Monteiro, Joaquim Palhares, Jorge Luis Martins, Jorge Mattoso, Jorge Roberto Silveira, Jorge Viana, José Albino, José Aristodemos Pinotti, José Calixto, José Eduardo Dutra, José Genoino, José Graziano da Silva, José Juliano de Carvalho Filho, José Paulo Bisol, José Roberto Batocchio, José Sérgio Cabrielli, José Vicente Tavares, Katia Born, Leandro Konder, Licia Perez, Ligia Doutel de Andrade, Lucélia Santos, Luis Bassegio, Luis Gonzaga Beluzzo, Luis Gushiken, Luiz Alfredo Salomão, Luiz Marcos Magalhães Gomes, Marco Aurélio Garcia, Marcos Barros, Marcos Dantas, Maria Regina Nabuco, Maria Vitória Benevides, Marilena Chauí, Marta Suplicy, Matheus Schmidt, Milena Martinez, Milton Mendes, Miro Teixeira, Moacir Lima, Nelson Friederich, Olívio Dutra, Pastor Werner Fuchs, Patrus Ananias, Paul Israel Singer, Paulo Lucanea, Pinheiro Salles, Plínio de Arruda Sampaio, Raimundo Boonfim, Raul Pont, Renato Oliveira, Renato Rabelo, Roberto Amara, Roberto Franco, Roberto Messias, Saturnino Braga, Saulo Ferreira Feitosa, Sebastião Rocha, Serafim Correa, Sereno Chais, Sergio Rezende, Tatiana Memória, Terezinha Zerbini, Tito Riff.

ELEGER PELO

MENOS 150

DEPUTADOS FEDERAIS

Precisamos eleger, pelo menos, 150 deputados federais comprometidos com as causas sociais, ou os poucos direitos dos trabalhadores, servidores, aposentados e pensionistas, que ainda restam em nível constitucional, serão inexoravelmente eliminados. Os candidatos devem merecer o apoio do eleitor pelos compromissos de campanha e, no caso dos que já detêm mandato, por seus votos em relação aos temas de interesse do eleitor. Esperamos que as próximas eleições promovam maior unidade do povo, com um grande número de parlamentares que nos faça avançar na conquista da real democracia.

Ameaça de greve reverte proposta da Fenaban

A mobilização da categoria evitou o congelamento dos salários, garantindo reajuste de 1,2%, e impediu a retirada de direitos adquiridos como o anuênio e a jornada de seis horas

A Convenção Coletiva de Trabalho 98/99 foi acordada com três meses de atraso. Mas valeu a pena. Uma série de paralisações em várias capitais do país nos meses de setembro e outubro, culminando com a ameaça de greve em novembro, obrigou os banqueiros a apresentar uma proposta melhor.

A primeira oferta da Fenaban (Federação Nacional dos Bancos) veio no final de setembro, 40 dias após a entrega das reivindicações da categoria: abono único de R\$ 700,00 em troca de reajuste zero, fim do anuênio e da jornada de seis horas. Em 16 de novembro, dois dias antes da data prevista para o início da greve, os banqueiros recuaram. Desistiram da retirada do anuênio e da extensão da jornada para oito horas, ofereceram reajuste de 1,2%, além do abono de R\$ 700,00. A PLR (Participação nos Lucros e Resultados) deste ano será igual a do ano passado.

O índice de reajuste está relacionado com os índices de inflação no período e também com a decisão da Fenaban de tentar solucionar o acordo com o abono. Mas não pode ser considerado irrisório. O ICV (Índice de Custo de Vida) do Dieese no período foi de 1,14%, e muitos acordos estão sendo fechados na base de 2% de reajuste, sem abono e com retirada de direitos.

Quadro de pisos e verbas

Pisos e verbas	A partir de 01/09/98
Portaria menos de 90 dias	303,90
Escriturário menos de 90 dias	444,17
Caixa menos de 90 dias	444,17
Portaria mais de 90 dias	334,72
Escriturário mais de 90 dias	488,80
Caixa mais de 90 dias	488,80
Gratificação de Caixa	137,08
Outras verbas caixa (mais de 90 dias)	64,82
Caixa total - menos de 90 dias	581,25
Caixa total - mais de 90 dias	690,70
Gratificação de compensador	45,43
Anuênio	7,97
Gratificação de Função	55% das gratificações salariais
Auxílio Refeição	8,11
Auxílio Cesta Alimentação	120,00
Auxílio Creche/Babá	100,00
Ajuda para Desl. Noturno	28,00
Auxílio Funeral	268,00
Indenização por assalto	40.000,00

Fonte: DIEESE - Linha Bancários

Diferenças entram na folha de dezembro

O reajuste de 1,2% é retroativo a setembro, sendo que as diferenças referentes aos meses de setembro, outubro e novembro serão pagas na folha de dezembro. As diferenças do auxílio cesta alimentação serão satisfeitas até o último dia de dezembro. E o abono tem de ser pago até o dia 02 de dezembro.

Também em dezembro, até o dia 18, sai a antecipação da PLR (40% do salário mais R\$ 100,00, com limite de R\$ 1.450,00 por bancário). A segunda parcela deve ser paga até o dia primeiro de março de 99 e será de 40% do salário, mais R\$ 200,00. Essa regra vale para todos os casos em que o total despendido pela empresa ficar entre 5 e 15% do seu lucro líquido.

O acordo prevê ainda uma indenização adicional para o empregado dispensado sem justa causa entre a assinatura do protocolo prévio e o dia 30 de abril de 1999.

BB e CEF insistem no congelamento

No Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal, as negociações não avançaram. As instituições insistem no reajuste zero e no corte de direitos adquiridos. O BB, que não reajusta os salários há três anos, quer manter o congelamento, cortar em definitivo o anuênio, reduzir o adicional noturno de 60% para 35% e manter o Banco de Horas. Em troca, oferece um abono de R\$ 700,00 para os funcionários das carreiras administrativas e de R\$ 300,00 para os funcionários da carreira de apoio. Na CEF, a situação não é diferente. A direção da instituição quer a redução do ATN de 50% para 35%, e mudar a cláusula do acordo específico sobre a jornada de trabalho. A CEF, que já deve um milhão de horas extras aos seus funcionários em todo o país, impôs o PCC (Plano de Cargos Comissionados) que, na prática extingue a jornada de seis horas. A compensação ofertada pelas perdas é um abono de R\$ 500,00.

Os novos cães de guarda

O jornalista Serge Halimi traça um quadro da sua própria profissão nesse livro que já vendeu 200 mil exemplares na França e acaba de ser lançado no Brasil. Ele trata do abuso indevido do poder da imprensa, da convivência interesseira entre a mídia e o poder. Novos cães de guarda denuncia uma imprensa que age como braço auxiliar do governo e como força-tarefa do projeto de implantação do neoliberalismo na França, através de um pequeno grupo de jornalistas que ocupam posições estratégicas na mídia. Eles dão o tom de toda a cobertura jornalística. Aparecem todos os dias na televisão, várias vezes ao dia em comentários de rádio, e ainda colaboram nos principais jornais e revistas. Qualquer semelhança com a imprensa brasileira não é mera coincidência.

Serge Halimi - Editora Vozes - Coleção Zero à Esquerda - 50 páginas - R\$ 10,00



Canção inacabada - A vida e a obra de Victor Jara



O livro, escrito pela viúva de Victor, Joan Jara, fala de um dos maiores e mais engajados nomes da nova canção folclórica do Chile, num cenário que mostra a ascensão e queda do movimento popular que levou Salvador Allende ao poder. Nascido em um paupérrimo lar camponês, Vitor Jara tornou-se um conceituado diretor de teatro de vanguarda. Mais tarde, passou a dedicar-se ao canto e ao violão, liderando nos anos 60 uma formidável luta de resistência à invasão do lixo cultural norte-americano. Foi fuzilado pela ditadura do general Pinochet poucos dias depois do golpe de 11 de setembro de 1973. A obra, que demorou três anos para ser produzida, teve sua

primeira edição em 1983 na Inglaterra e na Espanha, mas só recentemente chegou à América Latina. No Brasil, foi lançado em setembro desse ano.

Joan Jara - Editora Record - 366 páginas - R\$ 29,00

Seja feita a vossa vontade

Esse livro de mais de mil páginas, escrito por dois jornalistas norte-americanos, fala sobre o massacre dos índios da Amazônia na década de 70. O personagem central é Nelson Rockefeller, herdeiro de um império petrolífero que se tornou governador de Nova Iorque e vice-presidente dos Estados Unidos, morto em 1977. Durante aproximadamente quatro décadas, ele e Cameron Townsend, um líder protestante, visionário dedicado a evangelizar as nações indígenas, uniram forças para disputar campos petrolíferos e recursos naturais estratégicos. Milhares de nativos foram mortos e outros tantos expulsos. Por trás do esforço de ambos, formou-se uma rede de interesses políticos e econômicos que resultou num dos episódios mais escandalosos da política imperialista americana, com ataques à natureza, patrocínio de ditaduras, genocídios, exploração predatória de riquezas naturais e espionagem.



Gerad Colby e Charlotte Dennett - Editora Record - 1.059 páginas - R\$ 70,00

Voz do Bancário

Publicação do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região - Filiado à CUT - Base territorial: Caxias do Sul, Antônio Prado, Canela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Ipê, Nova Pádua, Nova Petrópolis, Nova Roma do Sul, Picada Café, São Marcos e Veranópolis.

Sede: Rua Borges de Medeiros, 574 - Caxias do Sul - RS - Fone: (054) 223.2166 - Fax (054) 223.2405.
e-mail: seebecxs@visão.com.br

Conselho Editorial: Diretoria do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região
Jornalista Responsável: Heloisa Mezzalira - MTB 16.596

Editoração Eletrônica: Alexandre Masotti

Fotolitos e Impressão: Art & Gráfica Ltda.

Tiragem: 2.400 exemplares

Novembro 1998

Fundado em 24 de outubro de 1935

FRASES

"Por menos que o presidente Fernando Henrique goste de admitir, ele continua sendo o favorito dos grotões." Ricardo Lessa, jornalista, em matéria da Gazeta Mercantil de 9/11/98 intitulada "O eleito do grotão prefere o presidente"

"O pacote vai manter a cara do governo por algum tempo, mas suspeito que a situação econômica acabará produzindo um Fernando Henrique 2º. Esse Fernando Henrique 2º surgirá, se o ajuste resultar em nada ou numa geléia." Márcio Pochmann, professor do Instituto de Economia da Unicamp, Folha de SP, 01/11/98

"Os tucanos sabem que a recessão vai abater a classe média. Mais que isso, o PFL não carrega caixões. Eles não foram ao enterro da ditadura, muito menos ao de Collor. Quando você ouvir os caciques do PFL falando em desequilíbrio regional, tenha certeza de que estarão saltando do navio." Márcio Pochmann, professor do Instituto de Economia da Unicamp, Folha de São Paulo, 01/11/98

"Fernando Henrique Cardoso, que já passou da teoria à prática da dependência, entra agora em nova etapa da sua carreira. Vai passar da dependência à subserviência." Paulo Nogueira Batista, economista e professor da FGV, Folha de São Paulo, 08/10/98

"Outro dia, eu fui a um supermercado e vi pacotes de carvão para churrasco. Sabe de onde vinham? Dos EUA. Estamos importando madeira queimada." Karlos Rischbieter, ex-ministro da Fazenda, sobre a política de abertura às importações do governo FHC, Folha de São Paulo, 12/10/98

"Créditos tributários e o perdão temporário de compulsórios e aplicações obrigatórias tornaram um verdadeiro negócio da China a compra dos bancos estatais nos leilões de privatização, embora essas vantagens jamais sejam comentadas antes ou após a batida do martelo." Maria C. Carvalho, jornalista, em matéria da Gazeta Mercantil de 17/11/98, intitulada "Lucros gordos na compra dos bancos estatais"

Meridional inova nas demissões

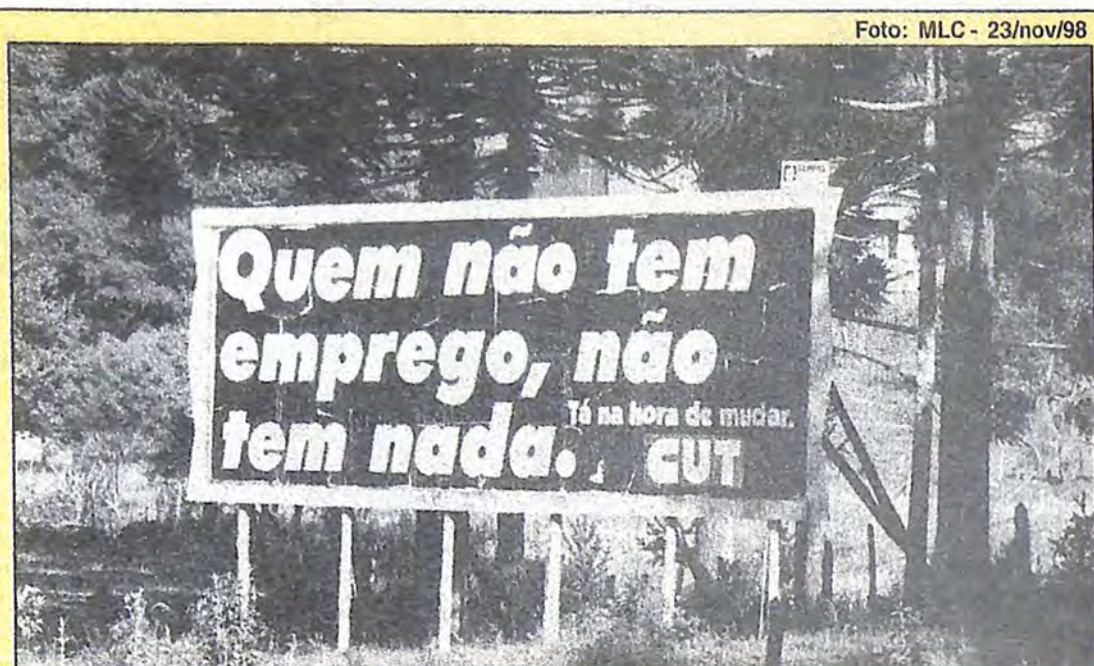
Depois de demitir 46,37% do quadro, após a privatização, reduzindo o quadro de 6.900 para 3.700 funcionários, o Meridional encontrou nova fórmula para dispensar o pessoal. O banco vem repetindo uma prática que consiste em convidar alguns funcionários para participar de um grupo de trabalho específico, denominado Força-Tarefa, que dura pouco mais de um mês e cujos integrantes acabam sendo demitidos em seguida.

Na verdade, o Força-Tarefa tem funcionado como uma espécie de aviso prévio. Em todas as agências onde foi implantada a novidade, os funcionários acabaram sendo demitidos, sendo que Caxias do Sul e região somam 16 demissões em 40 dias. Paralelamente, o banco está cortando as comissões de cargos que tradicionalmente agregam remuneração extra ao salário, prejudicando funcionários que já tinham incorporado esse valor ao seu orçamento.

A nova política de pessoal foi introduzida com a privatização do Meridional. Seis meses após a compra do banco pelo grupo Bozano Simonsen, foram demitidos 3.200 funcionários em toda a rede. Agora, resta saber quantos eles ainda pretendem convocar para a Força-Tarefa.

Santander demite para terceirizar

O Santander demitiu, no início de novembro, pessoal da microfilmagem e digitação do centro administrativo, em São Paulo. Ao que tudo indica, para terceirizar áreas ligadas à gerência de processamento de serviços. O Seeb/SP enviou carta à direção do banco, solicitando abertura de negociação. As demissões, bem como as decisões unilaterais em relação à participação nos resultados foram denunciadas pela secretária de saúde da CNB/CUT, Emília Sant'Anna, à diretoria mundial de Relações Trabalhistas do Santander, em Madri, que se propôs a contatar a direção do banco no Brasil.



Campanha contra o desemprego realizada pela CUT e entidades sindicais na mídia

Unibanco pretende reduzir quadro em 30%

O Unibanco está reduzindo em 30% o seu quadro funcional, demitindo diretores do primeiro e segundo escalão do banco. Em comparação ao ano passado, nos primeiros nove meses de 98, houve uma redução de 5,5% dos custos administrativos e de pessoal. O balanço relativo ao terceiro trimestre desse ano, divulgado na semana passada, apresentou um lucro líquido de R\$ 312 milhões nos primeiros nove meses desse ano. Cogita-se que o Unibanco pode ser vendido a um grupo internacional.

Bandeirantes anuncia 700 demissões

Banco Bandeirantes anunciou, em 13 de novembro, a realização de 700 demissões e o fechamento de 14 agências até o final deste ano. O fechamento de unidades atingirá os estados de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Paraíba.

O grupo português Caixa de Depósitos, que assumiu recentemente o controle do Banco Bandeirantes, afirmou que as medidas irreversíveis fazem parte da reestruturação da instituição.

Campeonato inaugura refletores no campo de futebol

Os associados que gostam de aproveitar as horas de folga para jogar futebol já podem dispor do campo da sede também no período da noite. O sistema de iluminação ficou pronto no final de outubro e deve ser inaugurado com o Campeonato Bancário 98, com início previsto para dez de dezembro.

São quatro postes com 32 refletores do tipo vapor-metálico, que imita a luz do dia com mais qualidade que o mercúrio. As reservas de horário devem ser feitas junto à sede do Sindicato, ao custo de R\$ 15,00 por duas horas (com iluminação), e R\$ 5,00 por duas horas (sem iluminação). O pagamento dessas taxas serve, tão somente, para

cobrir as despesas com a limpeza dos vestiários e do consumo de energia elétrica.

O campo fica disponível para um jogo por noite, de segunda à sexta-feira, e nas manhãs, tardes e noites durante o final de semana. Fone para reserva - 223-21-66



Foto: MLC - 23/nov/98

Brasil rende-se mais uma vez ao FMI

O 14º acordo de ajuda financeira do FMI (Fundo Monetário Internacional) ao Brasil, negociado em novembro, prevê um montante recorde de US\$ 41,5 bilhões, superando todos os empréstimos concedidos pelo Fundo Monetário Internacional desde 1996. Além do dinheiro do FMI, o pacote envolve recursos dos governos dos países mais ricos, do Banco Mundial (BIRD) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Mas, a ajuda para viabilizar a queda dos juros e reconquistar a confiança dos investidores estrangeiros vai aprofundar a recessão que já está em curso, trazendo mais desemprego e exclusão social, sem qualquer garantia de solução para a crise.

Além de taxas mais elevadas do que aquelas praticadas em acordos anteriores, o empréstimo previsto no acordo está condicionado ao cumprimento do receituário neoliberal, ditado pelos credores. O pacote fiscal do FHC prevê uma economia de R\$ 28 bilhões em 99 e queda de 1% do PIB

em 99. O pacote inclui medidas de caráter emergencial e estrutural, como é o caso da reforma da Previdência, da Administração Pública e do sistema de impostos.

Entre as medidas mais polêmicas estão os cortes nos gastos orçamentários, o que significa menos saúde e educação, aumento de impostos - elevação da CPMF de 0,20 para



"FHC praticando o seu exercício preferido: curvamento de coluna vertebral a 90°". Santiago

0,38%, aumento da Cofins de 2,3% - e o aumento da contribuição previdenciária para os funcionários públicos, que chega a 20% do salário.

Mas, toda a economia que o governo promete conseguir em 99 será suficiente para pagar nem a metade dos juros da dívida pública. E quando o governo não conseguir economia suficiente para pagar os juros da dívida, resta tomar mais dinheiro emprestado para cumprir compromissos. Resultado: a dívida aumenta e gera mais juros no seguinte.

Além disso, as condições fixadas pelo G-7, que criou uma nova linha para financiar parte do montante, dificultam ainda mais a situação das empresas nacionais. Para emprestar o dinheiro

Brasil, o G-7 exige a ampliação da abertura comercial e financeira; supervisão da política monetária e fiscal; proibição de linhas de crédito favorecidas pelo governo ou subsídios governamentais a empresas, indústrias e instituições; e proibição de quaisquer discriminações entre credores internos e externos.

Pacote de FHC não resolve o problema

Para o economista Wilson Cano, professor titular do Instituto de Economia da Unicamp, o ajuste fiscal do FHC não vai mexer na essência do problema. "É uma enorme pastilha de Melhoral que teremos de moer goela abaixo para obter um desafogo passageiro", afirmou o economista, em entrevista concedida à Folha de São Paulo.

Depois de visitar sete países da América Latina no segundo semestre do ano passado, Cano concluiu que o endividamento generalizado e os ajustes exigidos pelo FMI geraram desequilíbrios estruturais que não serão corrigidos por pacotes fiscais ou socorros externos. "Todos os países da região quebraram, mas o Brasil foi o mais subserviente ao receituário neoliberal. Aqui, houve uma brutal desnacionali-

zação da indústria, com a quebra de cadeias produtivas".

A comparação dos indicadores desse país nos últimos dez anos revelam um modelo recorrente. Ou seja, maior endividamento externo do Estado, retorno do déficit, contaminação das contas públicas e crescimento medíocre do PIB (Produto Interno Bruto).

Em vários países, houve cortes profundos dos gastos sociais e piora na distribuição de renda. No Brasil, chegou-se ao cúmulo de usar o dinheiro dos trabalhadores, o FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) para financiar o capital internacional na compra de ativos públicos baratos. "Nenhum outro país do mundo, que eu saiba, fez isso", afirma Cano.

Sindicato reúne aposentados

No dia sete de novembro, os bancários aposentados tiveram a oportunidade de conhecer a Sede Campestre do Sindicato, saborear um gostoso churrasco, relembrar os velhos tempos e pôr em dia os assuntos que dizem respeito à categoria. O almoço, oferecido pela entidade, deve se repetir anualmente, com direito à homenagem àqueles que mais contribuíram para a construção da nossa entidade de classe. Para tanto, o Sindicato está atualizando seu cadastro e solicita aos bancários aposentados que entrem em contato com a sede social para informar eventuais mudanças de endereço.

63 ANOS

Sindicato dos Bancários
de Caxias do Sul e Região

Voz do Bancário

JORNAL DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE CAXIAS DO SUL E REGIÃO - ANO 15 - Nº 83 - DEZEMBRO/98

FILIADO À CUT BRASIL

FHC quer acabar com sindicatos

Em nome da modernidade, a reforma trabalhista proposta pelo governo, elimina o conceito de categoria e esfacela os sindicatos, única via ainda aberta na luta pela garantia de emprego e salário digno e melhores condições de trabalho

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) número 623/98, encaminhada ao Congresso Nacional em três de novembro, acaba com o conceito de categoria, elimina o imposto sindical e restringe o acesso à Justiça do Trabalho. A pretexto de combater o desemprego com a desregulamentação de normas supostamente atrasadas, o governo prepara, na verdade, o desmonte da organização sindical através da perda de representatividade, asfixia financeira e limitação jurídica.

“É a política de dividir, enfraquecer e eliminar para reinar”, analisa o advogado Edésio Passos, assessor de várias entidades sindicais, enfatizando que o projeto de emenda foi elaborado por advogados patronais, com a chancela do ministro do Trabalho. Trata-se, em síntese, de uma tentativa do governo neoliberal de FHC de introduzir um modelo sindicalista que submete os trabalhadores aos interesses dos

grupos econômicos transnacionais.

Pelo PEC 623/98, os sindicatos deixam de representar categorias ou ramos profissionais para representar exclusivamente os seus associados. A expressão coletivo do projeto significa o grupo de filiados, sendo que estes podem estar em quaisquer atividades. Assim, ao invés de uma única representação por categoria ou ramo de atividade, o projeto prevê várias representações de filiados, sendo que nenhuma delas representará os trabalhadores da categoria, com o agravante da permissão de organização sindical por empresa.

A fórmula proposta pelo governo deixa sem qualquer representação os trabalhadores não associados a uma entidade sindical. Da mesma forma, os sindicatos patronais também só representarão as empresas sindicalizadas e, como consequência, as empresas não associadas não serão alcançadas por nenhuma negociação feita em nível

de categoria, só sendo possível a negociação direta empresa por empresa.

“É a consumação do sonho dos neoliberais: organização sindical por empresa, com representação apenas dos associados”, resume o advogado Ulisses Riedel de Resende, diretor técnico do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar). A diferença entre um sindicato e uma simples associação ou clube, diz ele, “está exatamente na representação de toda a categoria, pois permite um tratamento uniforme, sem distinções”.

O Estado autoritário, no entanto, deu primazia à tutela individual em detrimento à organização sindical.

O projeto governamental garante os dissídios coletivos de natureza jurídica - com o objetivo óbvio de que os tribunais possam declarar a abusividade de greves, determinar o imediato retorno dos trabalhadores, estabelecer multas aos sindicatos, etc. -, mas inviabiliza a decisão judicial dan-

do solução a uma controvérsia econômica.

O tribunal não poderá reconhecer qualquer direito econômico, salvo os relativos ao cumprimento de suas próprias sentenças, de laudos arbitrais e de convenções e acordos coletivos. Bastará ao poder econômico não fazer acordos, convenções e não assumir compromisso de decisões arbitrais para que fique a salvo de qualquer condenação.

Mas, o projeto que pretende sepultar o movimento sindical não pára por aí. O PEC 623/98 exige que os trabalhadores submetam-se a um mecanismo prévio de mediação e conciliação extrajudicial antes de apresentar a sua reclamação trabalhista na Justiça do Trabalho. O projeto do governo complementa-se com um projeto de lei, já enviado ao Congresso, que cria as denominadas Comissões de Conciliação Prévia, sem a fiscalização e acompanhamento dos sindicatos.

Paralisação na CEF

Foto: MLC - 10/12/98



Funcionários da Caixa Econômica Federal paralisaram o atendimento das 7h30min às 11 horas do último dia 10, no edifício-sede da CEF, Praça da Alfândega, Porto Alegre. O ato de protesto aconteceu em vários estados brasileiros, como forma de pressionar o banco a atender as reivindicações da campanha salarial 98/99.

Mensagem

“De tudo ficaram três coisas:
a certeza de que estava sempre começando,
a certeza de que era preciso continuar
e a certeza de que seria interrompido antes de terminar.
Fazer da interrupção um caminho novo,
fazer da queda um passo de dança,
do medo, uma escada,
do sonho, uma ponte,
da procura, um encontro.”

Fernando Pessoa



Dance, caia, procure,
tenha medo. Mas nunca
deixe de lutar pela vida,
pelo nosso sonho de ter
um mundo melhor para
todos!

Feliz 1999!
É o que desejamos
a todos os
amigos!

NOTAS

Privatização do Banespa pode ser adiada

A conclusão da venda do Banespa, prevista para o final de fevereiro, pode ser adiada para abril ou maio, conforme notícia divulgada pela Agência Estado. O adiamento vai depender da Justiça acatar ou não os questionamentos jurídicos contra o processo de privatização movidos pela Afubesp (Associação de Funcionários do Banespa) e pelo ex-governador de São Paulo Orestes Quéricia, que também questiona a venda do banco, antes controlado pelo governo paulista e hoje pertencente ao governo federal.

A ação judicial tem sido um importante instrumento de combate para frear o projeto de privatização e atrasar ao máximo o calendário do governo. O funcionalismo está em plena campanha pela aprovação da proposta de emenda constitucional nas câmaras municipais, com o objetivo de inserir na Constituição do Estado a volta do Banespa para São Paulo. A PEC já foi aprovada em 170 câmaras municipais. Com mais 46, os banespianos alcançam o número mínimo para que a emenda seja discutida na Assembléia Legislativa, como prevê a Constituição Estadual.

Assinada Convenção Coletiva 98/99

Foi assinada no dia dez de dezembro, em São Paulo, a Convenção Coletiva de Trabalho 98/99, formalizando, assim, todos os termos do pré-acordo, assinado em 18 de novembro, com a Federação Nacional dos Bancos - Fenaban.

Alemães aprovam megafusão de sindicatos

A fusão foi a saída encontrada pelos sindicalistas alemães para a perda de filiados e de receita de suas entidades. Os trabalhadores da comunicação, comerciários, bancários e securitários, reunidos em congressos distintos, aprovaram os planos de uma megafusão, envolvendo ainda cinco outras entidades.

Com o nome provisório de Sindicato dos Prestadores de Serviços Alemães, a entidade será a maior do mundo, com cerca de três milhões e 300 mil filiados. Juntos, eles esperam fortalecer o poder de pressão no cenário político e frente às empresas. Os sindicatos dos metalúrgicos, mineiros, químicos e eletricitários também articulam uma fusão.

Protesto garante gratificação

Devido à pressão dos funcionários, o banco Bandeirantes voltou atrás e decidiu pagar a gratificação natalina, que não substitui o pagamento da P.L.R.. O pagamento do benefício foi resultado dos protestos realizados no dia 16 de dezembro em todo o país. Houve paralisação no Rio de Janeiro, Recife, Curitiba, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte e Espírito Santo. Os sindicalistas também exigiram o fim das demissões. O banco, entretanto, insistiu que as demissões anunciadas para este mês serão efetivadas.

Seminário discute governo FHC

Reforma da previdência, pacote econômico e organização sindical foram os temas do seminário realizado pela CUT em parceria com vários sindicatos da serra, ocorrido na sede do Sindicato dos Bancários nos dias 15, 16 e 17 de dezembro. O evento teve como painelistas o Dr. Daison Portanova Filho, especialista em assuntos previdenciários, o Prof. Fernando Ferrari Filho, diretor do IEP e professor da UFGRS, e o vice-presidente do Sindicato dos Advogados do Rio Grande do Sul Dr. Pedro Maurício Machado.

Voz do Bancário

Publicação do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região - Filiado à CUT - Base territorial: Caxias do Sul, Antônio Prado, Canela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Ipê, Nova Pádua, Nova Petrópolis, Nova Roma do Sul, Picada Café, São Marcos e Veranópolis.

Sede: Rua Borges de Medeiros, 574 - Caxias do Sul - RS - Fone: (054) 223.2166 - Fax (054) 223.2405.
e-mail: seebeexs@visão.com.br

Conselho Editorial: Diretoria do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região

Jornalista Responsável: Heloisa Mezzalana - MTB 16.596

Editoração Eletrônica: Alexandre Masotti

Fotolitos e Impressão: Empresa Jornalística Pioneiro

Tiragem: 2.400 exemplares

Dezembro 1998

Fundado em 24 de outubro de 1935

Os neobobos e o nhenhêném

Desde o início desta legislatura, votei contra os projetos do governo, desobedecendo a orientação do meu partido e por pura convicção pessoal. A empáfia com que o governo impunha seu modelo ao Congresso e a submissão da base parlamentar me deixavam perplexo, mas nunca convencido. Após quatro anos, avalio, com consciência tranquila, minha posição, e com tristeza e revolta, o que esse governo causou ao país, com a convivência do Congresso.

A reforma da previdência extinguiu a aposentadoria proporcional; impôs a modalidade por tempo de contribuição (e não de serviço); extinguiu a aposentadoria especial do professor universitário e a integralidade da pensão por morte; estabeleceu a contribuição previdenciária dos aposentados com mais de 65 anos e restringiu o salário-família. Se somarmos os direitos dos trabalhadores já retirados por medidas provisórias (não poucos), pode-se ter idéia do desmonte de cidadania que ocorreu.

A saúde foi privatizada. O governo tirou de sua responsabilidade trabalhadores de classe média, jogando-os nas mãos dos planos de saúde que, com a regulamentação imposta pelo próprio governo, podem fraudar os usuários, se quiserem. A CPMF, que gera R\$ 8,5 bilhões/ano, enganou o contribuinte e não foi para a saúde. Saúde, previdência e educação de qualidade viraram mercadoria: deixaram de ser direitos.

É uma posição consciente contra o "Estado do bem-estar social", redicularizado pelo elegante ceticismo pós-utópico dos que estão no poder. A razão dessa perversidade é abrir novos mercados - de R\$ 70 bilhões na saúde, R\$ 250 bilhões no setor previdenciário e algo incalculável na educação.

O patrimônio nacional foi vendido para estrangeiros ou brasileiros, frequentemente testas-de-ferro escolhidos pelos donos do poder, com financiamentos altamente subsidiados pelo BNDES e dinheiro dos fundos de pensão, em condições vergonhosamente direcionadas, desnudadas pelo escândalo dos grampos. A frase "foram-se os Barros, mas a lama ficou", de José Simão, é a síntese do que ocorre e deve continuar a ocorrer com outras faces.

A justificativa básica dessa "venda" era pagar a dívida do país, investir no social e gerar empregos. Nunca se tirou tanto dinheiro do social; a dívida, que no início desse projeto econômico era de R\$ 63 bilhões, hoje é de R\$ 364 bilhões. De empregos, nem se fale.

Com os juros altos, a supervalorização do real e a queda das barreiras alfandegárias, criou-se aqui um paraíso para os países ricos exportarem, com a falência da indústria e da agropecuária, causa de um desemprego (conjuntural e estrutural) perverso e crescente.

Os escândalos não apurados da Lei de Patentes e do Sivam/Raytheon mostram: o que se deseja é a transformação do país em um dócil mercado consumidor dos países centrais por aqueles que acham que podem tudo, citando apenas (e sem argumentos) "o bem do país". Que bem? De que país?

O Brasil não foi inserido crítica e inteligentemente na globalização; foi aí jogado sem usar o espaço de negociação que temos como potência mundial. O pacote do FMI o confirma. Ele mostra que a hegemonia político-militar americana não permite que seu quintal consumidor (no que fomos transformados) feche. Ele ainda pode ser usufruído por alguns anos; basta aumentar absurdamente impostos e obrigar os brasileiros a trabalhar até morrer.

O pior é que o povo não sente todo o impacto dessa tragédia de uma só vez. O circo do real permite-lhe um pouco de pão, e a grande imprensa, com honrosas exceções, enganada ou cooptada, cria uma barreira de informação que impede o cidadão de perceber que ele e seus filhos perderam o seu futuro.

Nosso grande problema ainda é a concentração de renda - causa das outras misérias - que aumentou nesse governo. A correta distribuição se faz desenvolvendo a indústria e a agricultura por meio de ciência e tecnologia, com base nas políticas públicas, também compensatórias, de educação e de saúde. Com isso, geram-se mais empregos e salários indiretos, promove-se desenvolvimento, criam-se e distribuem-se riquezas, fortifica-se a nação.

Foi tudo o que esse governo não fez e não fará. Seus compromissos não são com o povo e o país, mas com o capital nacional e internacional. Ele sabe que o modelo está errado, mas está impedido de corrigi-lo. Sobrarão o arrependimento e o julgamento histórico reservado aos que traíram o povo e a pátria.

José Aristodemo Pinotti, deputado federal, professor de Medicina, ex-Reitor da Unicamp, em artigo na Folha de São Paulo de 09/11/98.

PFL defende privatização do BB, CEF e Petrobrás

O presidente do PFL e senador eleito Jorge Bornhausen defendeu publicamente a privatização do BB, CEF e Petrobrás, como forma de gerar recursos para reduzir o déficit público. Em declaração à imprensa, Bornhausen disse que até junho o Brasil estará diante de dificuldades que vão obrigar o governo a adotar uma de três alternativas: emissão de moeda, liberação do câmbio ou aceleração do processo do programa de privatização, que deverá incluir, além da venda das empresas do setor elétrico, as estatais acima citadas. O PFL prefere a última alternativa.

Movimento sindical contesta

Em resposta à posição defendida por Bornhausen, a Comissão de Empresa do BB, CNB-CUT e Comissão de Empresa da CEF elaborou documento para a imprensa, contestando a posição de Bornhausen. "É inacreditável o raciocínio do presidente do PFL, partido que integra um governo que assumiu há quatro anos com um déficit público de R\$ 64 bilhões e termina o primeiro mandato com uma dívida de mais de R\$ 350 bilhões. Um governo que, por causa de uma política deliberada de juros altos (que o próprio Bornhausen admite como excessiva) e de sobrevalorização cambial, fecha 98 com um déficit do balanço de pagamentos em conta corrente de US\$ 32,9 bilhões (4,2% do PIB). Isso é pouco menos do que os R\$ 41 bilhões que o governo arrecadou este ano com as privatizações. E agora o Brasil vai vender o BB, a CEF e a Petrobrás para zerar o déficit do balanço de pagamentos do próximo ano?", questiona o documento.

A posição das entidades é clara. "Num momento em que cresce na opinião pública nacional (e mundial) a percepção dos equívocos do modelo neoliberal, o Brasil não pode se desfazer de uma empresa de importância estratégica da Petrobrás. No momento em que as diferentes correntes de opinião convergem para um consenso de que é preciso adotar políticas que viabilizem o crescimento da economia, o Brasil não pode prescindir de um BB, principal agente financiador da agricultura e de projetos de interesse público como o Pronaf, o Proger e o Procer. Um país com tantos problemas sociais graves não pode abrir mão da CEF, principal agente de financiamento imobiliário do governo federal e responsável pela gestão do FGTS e do FAT. Por isso, repudiamos a proposta de privatização dessas empresas públicas e defendemos uma apuração profunda das denúncias sobre o processo de leilão do sistema Telebrás".

Totalitarismo dos regimes globalitários

Há pouco tempo eram chamados de totalitários os regimes de partido único que não admitiam nenhuma oposição organizada, que desprezavam os direitos do homem em nome da razão do Estado. A esses regimes, característicos da década de 30, sucede neste final de século um outro tipo de totalitarismo, aquele dos regimes globalitários. Baseando-se nos dogmas da globalização e do pensamento único, não admitem nenhuma outra política econômica, negligenciam os direitos sociais do cidadão em nome da razão competitiva e deixam para os mercados financeiros a direção total das atividades da sociedade dominada.

A mundialização matou o mercado nacional, que é uma das bases do poder do estado-nação. Anulando-o, modificou o capitalismo nacional e diminuiu o papel dos poderes públicos. Os estados não têm mais os meios para se oporem aos mercados, estão desprovidos de instrumentos para frear os extraordinários fluxos de capitais ou para se oporem eficazmente à ação dos mercados contra seus interesses. Os governantes aceitam respeitar as instruções de política econômica definida pelos organismos mundiais, como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial ou a Organização Mundial do Comércio. Favorecendo ao longo das duas últimas décadas o monetarismo, a desregulamentação, o livre-câmbio, o livre fluxo de capitais e as privatizações nacionais, responsáveis políticos permitiram a transferência de decisões essenciais da esfera pública para a esfera privada. É

por isso que das 200 primeiras economias do mundo, mais da metade não é de países, mas sim de empresas. Na década de 70, o número de sociedades multinacionais não passavam de várias centenas. Hoje seu número beira 40 mil. O faturamento global das 200 principais empresas do planeta representa mais de um quarto da atividade econômica mundial. No entanto, empregam apenas 18,8 milhões de assalariados, menos de 75% da mão-de-obra do planeta.

No início dos anos 90, cerca de 37 mil firmas transnacionais continham a economia internacional. As 200 primeiras são conglomerados, cujas atividades planetárias cobrem indistintamente os setores primário, secundário e terciário. Geograficamente, repartem-se entre dez países: Japão, Estados Unidos, Alemanha França, Reino Unido, Suíça, Coreia do Sul, Itália e Países Baixos.

O faturamento da General Motors é maior que o produto nacional bruto da Dinamarca. O da Ford é maior que o PNB da África do Sul e o da Toyota supera o da Noruega. Quando, a esse campo da economia real acrescenta-se atores da economia financeira (fundos de pensão americanos e japoneses, que dominam os mercados financeiros) e cujo volume é 50 vezes superior ao da economia real, o peso dos estados torna-se desprezível.

Um número cada vez maior de países, que maciçamente venderam suas empresas públicas ao setor privado e desregulamentaram seu mercado, tornou-se propriedade de grandes grupos

multinacionais. Estes dominam setores inteiros da economia do Sul, servem-se dos estados locais para exercer pressões no seio dos fóruns internacionais e obter decisões políticas as mais favoráveis ao prosseguimento de sua dominação global.

Assim, a realidade do novo poder mundial escapa amplamente aos estados. A globalização e a desregulamentação da economia favorecem a emergência de poderes novos que, com a ajuda de tecnologias transgriem permanentemente as estruturas estatais. No novo mundo, a quinta parte mais rica da população dispõe

de 80% dos recursos e a quinta mais pobre de 0,5%. Um mundo em que o montante das transações nos mercados monetários e financeiros representa cerca de 50 vezes o valor das trocas comerciais internacionais.

Extraído do painel apresentado por Ignacio Ramonet - diretor do Le Monde Diplomatique, de Paris, e professor da Universidade DenisDiderot no seminário internacional "Globalização - O Fato e o Mito", promovido pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro em abril de 98.

Desnacionalização da economia segue em ritmo acelerado

Mantida a tendência atual de investimentos externos em setores que não geram exportações, em 2010 a remessa de dividendos poderá representar 86% do que foi remetido a título de pagamento de juros da dívida externa. E somente 12% das mil maiores empresas brasileiras seriam exclusivamente de controladores nacionais. Os dados referem-se ao resultado do primeiro trabalho sobre o tema, desenvolvido pelo economista Domingos Rodrigues, PhD pela Universidade de Nova Iorque, e apresentado na coluna do jornalista Luís Nassif, na edição de 11 de dezembro da Folha de São Paulo.

Um dos elementos desse processo foi o programa de privatizações. O in-

vestidor estrangeiro participou com 41,3% dos recursos dispendidos nas privatizações desde 1991. Mas a invasão estrangeira não se deu apenas na privatização. Em 1994, do total de aquisições, 53,7% foram efetuadas por capital estrangeiro. Em 1995, esse percentual chegou a 61,3%, caindo para 51,2% em 1996, e voltando a crescer em 1997. Nos sete primeiros meses de 1998, aproximadamente 52% das aquisições envolveram empresas transnacionais. Apenas no período de janeiro a julho deste ano foram realizadas 217 processos de fusões e aquisições contra 296 negociações em todo o ano passado. Desde 1994 até 18 de setembro de 1998, mais de 700 empresas trocaram de bandeira.

Sindicato apóia ampliação do horário bancário

Multa para os bancos que deixarem seus clientes mais de 15 minutos na fila e ampliação do horário bancário para atendimento ao público são temas de dois projetos de lei que tramitam na Câmara de Vereadores de Caxias do Sul

O novo horário bancário, que passou a vigorar em 17 de agosto último, agravou ainda mais o problema das filas. O Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região repudia a mudança e apóia os projetos de lei dos vereadores Déo Gomes (PCdoB) e Vitor Hugo Gomes (PT), que pretendem limitar o tempo de espera nas filas e ampliar o horário bancário, respectivamente.

O apoio da entidade visa a qualidade do atendimento ao usuário e a defesa dos postos de trabalho dos bancários. A população também quer a ampliação do horário. A pesquisa realizada pelo Sindicato logo após a mudança, com cerca de três mil usuários, revelou que 97% dos entrevistados repudiavam a redução e defendiam o horário das 9 às 17h. A perda de uma hora no já restrito horário de atendimento ao público tem repercutido também no movimento do comércio e outros ramos de atividade, cujas entidades representativas

já se manifestaram favoráveis à ampliação.

O projeto de Déo Gomes chegou ao Legislativo em 25 de maio desse ano. Tem como justificativa o Código de Defesa do Consumidor e prevê multas para os bancos que submeterem seus clientes a mais de 15 minutos de espera na fila. Atualmente, aguarda parecer na assessoria jurídica da Câmara, a pedido da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

O projeto do vereador petista é mais recente. Entrou na Câmara no dia 05 de novembro, propondo a ampliação do atendimento de 11 às 16h para 9h30 às 16h30. "Mas, será emendado para o período de 9h30 às 17h", afirma o autor, que providencia um abaixo assinado em apoio ao projeto de lei, que também aguarda parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

Projetos semelhantes foram encaminhados em outros municípios brasileiros.

Em Porto Alegre, já foi aprovado pela Câmara de Vereadores e deve ser sancionado em breve. Em Santos, São Paulo, o horário das 10 às 17 horas já é lei, mas não está sendo cumprido pelos bancos. Eles alegam que a legislação sobre o tema diz respeito apenas ao Banco Cen-

tral. Mesmo assim, Vitor Hugo Gomes acredita na possibilidade de vitória. "As atividades urbanas de grande uso da população são reguladas pelo município. O projeto está muito bem fundamentado e nosso papel é lutar pelos interesses do município".

Fotos: M.L.C.



Vereadores buscam fim das filas e melhora no atendimento

Nesse verão, desfrute da sede campestre



Futebol, pebolim, sinuca, vôlei de areia, quiosques com churrasqueiras, salão de festas, açude e uma área verde de quatro hectares. Faça uso do que é seu. A sede campestre do nosso Sindicato está a disposição de todos os associados.



Previdência a caminho da privatização

Com a reforma da previdência, promulgada no dia 15 de dezembro, o governo cumpre mais um capítulo na implantação da cartilha neoliberal, ditada pelo poder econômico internacional. O trabalhador, agora, vai ter de comprovar o tempo de contribuição, ao invés do tempo de serviço. E terá de trabalhar mais para receber o benefício, que vai ser menor. As novas regras diminuem a participação e garantias do Estado na manutenção do nível de renda do trabalhador inativo, permitindo o avanço das empresas de previdência privada.

Algumas mudanças já estão em vigor. Outras, passam a valer após a regulamentação da lei, sem data prevista. Por enquanto, o critério de idade mínima só vale para o servidor público, mas o governo já anunciou que vai enviar proposta novamente ao Congresso em 99, incluindo o trabalhador do setor privado. Até a regulamentação, o cálculo do benefício será feito com base nos últimos 36 salários

de contribuição. Depois disso, o governo pretende apurar a renda inicial, considerando todas as contribuições feitas pelo segurado, o que tende a reduzir o valor do benefício.

O certo, é que o trabalhador terá de desembolsar mais e buscar (se puder) na iniciativa privada, o acesso a sua aposentadoria. É o que já acontece em outras áreas, onde o poder público se encarrega de sucatear as instalações e baixar a níveis próximos de zero a qualidade dos serviços. Na saúde e educação, a privatização tem avançado via empresas de medicina de grupo, de seguro-saúde (das quais os bancos tem parcela significativa dos ativos) e das escolas e universidades particulares.

É o resultado da política neoliberal do governo FHC, que representa, de um lado, uma gigantesca transferência, quase gratuita, de patrimônio público para as mãos de capitalistas nacionais e estrangeiros.